

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-12-2018.

---

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e vinte e oito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dezoito ao dia vinte de dezembro do corrente. Foi apregoado documento firmado por Rodrigo Maroni, apresentando sua renúncia ao mandato de vereador a partir do dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove. Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Paulinho Motorista e Airto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/18 (Processo nº 0512/18), foi aprovado Requerimento de autoria de Paulinho Motorista, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Paulinho Motorista, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 (Processo nº 1038/18): nº 03, assinada por Márcio Bins Ely; nº 04, assinada por Dr. Thiago, Reginaldo Pujol e João Bosco Vaz; nºs 05 e 06, assinadas por Cláudio Janta, Dr. Thiago e João Bosco Vaz; nºs 07 e 08, assinadas por Professor Wambert; nºs 09 e 10, assinadas por Airto Ferronato; e nº 11, assinada por Rodrigo Maroni. Foram aprovados os seguintes Requerimentos, solicitando dispensa do envio de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 à apreciação de Comissões Permanentes: de autoria de Márcio Bins Ely, para a Emenda nº 03; de autoria de Dr. Thiago, para as Emendas nºs 04, 05 e 06; de autoria de Professor Wambert, para as Emendas nºs 07 e 08; e de autoria de Airto Ferronato, para as Emendas nºs 09, 10 e 11. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18: de autoria de Dr. Thiago, para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06; de autoria de Professor Wambert, para as Emendas nºs 07 e 08; de autoria de Airto Ferronato, para as Emendas nºs 09, 10 e 11. Foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18 (Processo nº 0856/18), foi aprovado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões

Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 2891/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoado Termo de Indicação de Líder e Vice-Líder assinado por Sofia Cavedon, Líder da Oposição, comunicando que a partir do dia três de janeiro de dois mil e dezenove Roberto Robaina e Aldacir Oliboni passariam a exercer as funções de Líder e Vice-Líder, respectivamente, da Oposição. Foi apregoado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/18 (Processo nº 0512/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 012/18 (Processo nº 1335/18), após ser discutido por Sofia Cavedon, em tempo cedido por Aldacir Oliboni, e Roberto Robaina. Foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, foi aprovado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por trinta votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não João Carlos Nedel. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por sete votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon, João Bosco Vaz e Professor Wambert, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por oito votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim e Sofia Cavedon, em votação

nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por doze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, Airto Ferronato e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Moisés Barboza, Marcelo Sgarbossa, João Carlos Nedel, João Bosco Vaz e Airto Ferronato, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi aprovada a Mensagem Retificativa aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por vinte e dois votos SIM, seis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni, votado Não Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Adeli Sell, este com Declaração de Voto. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 012/18, por vinte e três votos SIM, sete votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely,

Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni, votado Não Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Adeli Sell. Foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte ao dia vinte e dois de dezembro do corrente. Foi apregoado documento de autoria de Fernanda Melchionna, informando sua renúncia ao mandato de vereadora a partir do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezenove. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18: nº 07, assinada por Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro; nº 08, assinada por Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna; e nº 09, assinada por Sofia Cavedon. Foram aprovados Requerimentos de autoria de Felipe Camozzato e Sofia Cavedon, solicitando, respectivamente, que a Emenda nº 07 e que as Emendas nºs 08 e 09, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18, fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Felipe Camozzato e Sofia Cavedon, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07 e para as Emendas nºs 08 e 09, respectivamente, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18. Foi apregoado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 02 e 04 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18. Foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Sofia Cavedon e Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/18, foi aprovado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi apregoado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/18. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/18 (Processo nº 1334/18), foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. A seguir, Paulinho Motorista formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, requerimento esse posteriormente retirado pelo autor. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/17 (Processo nº 1115/17), após ser encaminhado à votação por Valter Nagelstein, Reginaldo Pujol e Marcelo Sgarbossa. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral, 2ª Sessão, esteve o Projeto de Resolução nº 024/17 (Processo nº 1315/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar

do Executivo nº 017/18 (Processo nº 1334/18). Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/18, por vinte e quatro votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/18, por vinte e três votos SIM e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga. Às doze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em continuidade, foi promulgada a Lei nº 12.479. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Fernanda Melchionna. Durante a Sessão, Marcelo Sgarbossa, Sofia Cavedon, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Cassio Trogildo e João Bosco Vaz manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Jocelin Azambuja e de Cleiton Freitas, ex-vereadores deste Legislativo. Às treze horas e trinta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, Cláudio Janta e Mauro Pinheiro e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB) – às 09h28min:**

Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

O Ver. Mauro Zacher solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 18 a 20 de dezembro de 2018.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, solicitando sua renúncia de Vereador a partir de 31 de janeiro de 2019, em virtude de assumir como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa, neste mesmo ano.

Aprego Emenda nº 03, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, ao PLCE nº 001/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 001/18 à apreciação das

Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCE nº 001/18.

Aprego Emenda nº 03, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Emenda nº 04, de autoria dos vereadores Dr. Thiago, Reginaldo Pujol e João Bosco Vaz, ao PLE nº 007/18.

Aprego Emenda nº 05, de autoria dos vereadores Cláudio Janta, Dr. Thiago e João Bosco Vaz, ao PLE nº 007/18.

Aprego Emenda nº 06, de autoria dos vereadores Cláudio Janta, Dr. Thiago e João Bosco Vaz, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 04, nº 05 e nº 06 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Emenda nº 07, de autoria do Ver. Professor Wambert, ao PLE nº 007/18.

Aprego Emenda nº 08, de autoria do Ver. Professor Wambert, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 07 e nº 08 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Emenda nº 09, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 007/18.

Aprego Emenda nº 10, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 007/18.

Aprego Emenda nº 11, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 09, nº 10 e nº 11 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 a nº 06 ao PLE nº 007/18.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 07 e nº 08 ao PLE nº 007/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 09, nº 10 e nº 11 ao PLE nº 007/18.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLCE nº 011/18.

Apregoo Emenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCL nº 048/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 048/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Presidente, venho, na condição de líder da oposição, comunicar que, a partir de 3 de janeiro, a liderança de oposição nesta Casa será exercida pelo Ver. Roberto Robaina e a vice-liderança pelo Ver. Aldacir Oliboni. Queremos formalizar a V. Exa. e aos nobres Pares.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Apregoo Termo de Indicação de Líder e Vice-Líder, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que comunica que (Lê.): “a partir do dia 3 de janeiro de 2019, a bancada de oposição constituir-se-á nos seguintes termos: Líder, Ver. Roberto Robaina; Vice-Líder, Ver. Aldacir Oliboni”. Desejo sucesso aos novos líderes nas suas funções.

Apregoo Requerimento de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCE nº 001/18.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1335/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/18**, que autoriza a contratação, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de professores para a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa.

**Observações:**

- com Emendas nºs 01 a 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Em discussão o PLE nº 012/18. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a matéria, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, bom dia senhoras e senhores, colegas rodoviários, motoristas, cobradores, brava categoria, colegas da Carris, e a Carris é nossa – não é Nedel? São teus colegas também! Nós não estamos agora nesse tema, mas estamos num tema muito importante em relação às políticas públicas de Porto Alegre, a educação do Município de Porto Alegre, uma educação que sempre prezou por um quadro de pessoal qualificado, estimulado por carreira, inovador, uma rede pública que, em 1989, era de 15 escolas, uma rede minúscula, quando as administrações populares começaram a construir novas escolas a partir da participação popular, do Orçamento Participativo, da enorme demanda na periferia da Cidade. Portanto, é uma rede inteira, hoje, de 92 escolas na periferia da cidade de Porto Alegre. A rede que acolhe 50% das crianças com deficiência. Vejam que a rede estadual é duas vezes e meia a nossa em Porto Alegre, e nós, no entanto, acolhemos mais da metade das crianças com deficiências por termos constituído em um processo de reestruturação curricular, salas de integração e recursos com professores de educação especial, por termos adaptado pedagogicamente, as nossas escolas para receber as meninas e os meninos com deficiência. É uma rede que se transformou, sim, para resolver o problema da evasão, porque essa rede tinha 30% de alunos reprovados anualmente e tinha 20% de evasão escolar! Era um fracasso na garantia do direito à educação. Uma rede que constituiu as salas de aprendizagem, as salas de investigação da 9ª aprendizagem, as salas de informática, a robótica, em todas as escolas, programação de robôs, construção de robôs, espetáculos culturais e trabalho de cultura, de dança, de música, de artes plásticas e cênicas que marcaram a história da Cidade, dos grandes encontros internacionais em Porto Alegre. Pois essa rede só pôde ser assim porque tinha valorizado seus profissionais, tinha uma caminhada coletiva democrática, desde a escola, conselho escolar até o Sistema Municipal de Ensino, Conselho de Educação, conferências de educação, até chegarmos a um plano municipal de educação, há dois anos, um plano que projeta ampliação da educação, em especial a educação infantil de qualidade, também para construir um sistema, uma série de metas importantíssimas que têm que ser cumpridas pelo governo municipal em diálogo com as

outras redes. Portanto, aqui, quando chega a esta Câmara uma alternativa para dois anos, nos próximos dois anos os professores serem apenas contratados – e contratados temporariamente –, isso significa um ataque à história dessa educação, à qualidade dessa educação. E nós entendemos que temos que aprovar, nesta Casa, emendas que restrinjam esse contrato temporário, que é o contrato permanente, porque em dois anos se encerra a gestão do prefeito Marchezan só contratando temporariamente, sem nomear professores. As emendas estão vinculando a concursos, extinguindo essa autorização quando os concursos estiverem homologados – concursos devem ser terminados, os que estão em andamento – e, imediatamente, deve ser lançado concurso para áreas do conhecimento. Nós entendemos que esta Casa tem que zelar pelo processo educacional de Porto Alegre. A realidade do Estado, de 20 mil contratos temporários há 20, 30 anos, é uma realidade muito degradada, que a gente sabe pelos indicadores das escolas estaduais, da rede estadual e pela demanda que a comunidade estadual tem trazido anualmente, reiteradamente ao governo estadual. Não deixemos essa realidade entrar em Porto Alegre, temos que restringir esse contrato para que realmente seja caráter excepcional, realmente seja provisório. Fora disso...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público da TVCâmara; rodoviários, é uma satisfação, categoria combatente, que garante o transporte público na nossa Cidade; nós temos uma discussão hoje, e eu creio que é importante explicar para a categoria – eu queria aproveitar este momento para isso – que é um projeto que ameaça o plano de saúde dos rodoviários, é disso que se trata. É um projeto que já está na pauta, mas demora ainda para entrar. Nós, na verdade, vamos necessitar fazer uma boa discussão para garantir que os interesses da categoria sejam respeitados. Eu penso, Mauro Pinheiro, líder do governo, que todo debate que movimenta interesses da Cidade, sobretudo que afeta ou que arrisca afetar o nível de vida das pessoas, deve ser muito cuidadoso. Eu vejo que, no final do ano, nós estamos quase no Natal, nós temos dois projetos que afetam diretamente os rodoviários, que ficam tensos. Um deles ataca o emprego, pois o projeto que nós acabamos derrotando nas comissões prevê o fim dos cobradores das 22h às 4h da manhã. É um projeto que afeta o emprego, e nós temos um desemprego muito grande. Qualquer projeto que afeta emprego não pode ser discutido no final de um processo legislativo, sem que a população participe. Felizmente, os rodoviários estão atentos e se mobilizaram, mas todos eles queriam ou estar trabalhando, ou estar descansando, e não estar na Câmara de Vereadores, de manhã, nos assistindo, mas eles se veem obrigados a fazer isso.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Vereador Robaina, o senhor me desculpe, mas nós estamos discutindo o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a contratação excepcional de professores, e pediria a V. Exa. que se restringisse ao tema.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu só queria fazer este alerta para a categoria, porque acho que temos que respeitar mais os trabalhadores. Este é o alerta. Sobre o projeto, especificamente, nós já tivemos um longo debate. O Prof. Alex e a Prof.<sup>a</sup> Sofia, que trabalham na área, têm levantado – digo isso para os rodoviários, que não sabem – questões sobre este projeto que prevê a contratação temporária de professores para o Município de Porto Alegre. Nós, do PSOL, temos questionado isso, porque a contratação temporária, como vemos no Estado – que ao invés de promover concursos para professores, contrata temporariamente –, faz com que os trabalhadores em educação tenham menos direitos e tenham uma situação de precarização das suas condições de trabalho. E nós, como defendemos os direitos dos trabalhadores e defendemos uma educação de qualidade, temos questionado isso. No caso do Município de Porto Alegre, ainda esse processo não tem ocorrido, e este projeto do governo municipal está tentando inaugurar uma prática já feita no Estado que tem feito a educação no Rio Grande do Sul piorar, que tem feito com que os professores tenham salários cada vez mais baixos e uma condição de trabalho cada vez mais precarizada. Estamos questionando a contratação temporária, porque nós opinamos que são fundamentais concursos públicos, e nós, inclusive, temos emendas para que, caso exista realmente a necessidade emergencial de contratação, coisa que não existe –, o Prof. Alex e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda têm emendas que limitam o prazo, e, se não me engano, o prazo que o governo quer dar é de dois anos – o tempo de dois anos já não é mais temporário...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Vereador Robaina, o senhor me perdoe, mas não tenho como lhe dar um minuto adicional, já que tínhamos pactuado isso. Lamento, peço mil desculpas. Obrigado, Ver. Robaina. Eu havia lhe advertido antes.

Aprego Emenda nº 06, de autoria da bancada do PT, ao PLE nº 012/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 012/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLE nº 012/18.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, eu venho encaminhar a Emenda de nº 02, de nossa autoria, da bancada do PSOL, porque o projeto de lei tem um problema bastante grave, que permite incorrer no mesmo erro que o Estado vem incorrendo há muitos anos na educação pública. Os contratos temporários efetuados pelo Estado não preveem a titulação, a formação do profissional que atua dentro das escolas. Esses profissionais trabalham com as crianças, com os nossos adolescentes, porém eles não têm a formação superior, eles não têm o diploma que lhes permita assinar os cadernos de chamada no final do ano letivo – é como se eles fossem professores estagiários. Muitos professores da rede pública estadual não são formados. No nosso entendimento, isso prejudica demais a formação das nossas crianças e dos nossos jovens, contribuindo para os baixos índices de aproveitamento na rede pública estadual. Nós não queremos isso para a rede pública municipal, nós estamos discutindo diretrizes de um projeto para contratação temporária, da qual não somos favoráveis; somos favoráveis aos concursos públicos, ao profissional de carreira, ao profissional lotado na escola que se comunique e vivencie o dia a dia das comunidades escolares. A Emenda nº 02, de nossa autoria, determina e inclui no projeto de lei a necessidade de titulação para os profissionais de educação. Eu acredito que nenhum dos vereadores e das vereadoras desta Casa Legislativa concordam com piorar as condições já ruins que enfrentamos nas nossas salas de aula; portanto, o mínimo que se deve exigir de um profissional que tem a responsabilidade de formar as futuras gerações é exatamente a capacitação necessária para um cargo de tamanha responsabilidade. A Emenda nº 02 é bastante simples: prevê que as vagas previstas nesta lei serão preenchidas através de processo seletivo, considerando titulação exigida em lei para o exercício do cargo e experiência docente. Acreditamos que não há interferência no trabalho do Executivo, apenas impõe um regramento de que os professores tenham o que a lei exige: titulação, formação acadêmica e diploma; portanto, peço aos vereadores e vereadoras que se atentem à Emenda nº 02. Muitas pessoas já falaram sobre o projeto, se manifestaram favoravelmente, mas peço uma atenção especial à Emenda nº 02, neste momento, pois precisamos garantir que, minimamente, tenhamos a alocação de profissionais capacitados para ocupar essas vagas; portanto, peço o apoio e a sensibilidade dos profissionais de educação desta Casa Legislativa. O Ver. Professor Wambert é professor, acredito que também seja sensível à necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na área de educação; a Ver.<sup>a</sup> Sofia é professora de carreira, também é ciente dessa necessidade; a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia é formada em letras, se não me falha a memória. O mínimo que devemos exigir de um profissional na área de educação é titulação, formação acadêmica e diploma na área específica em que vai atuar. Portanto, agradeço a atenção de todos, sigamos nossos debates nesta manhã de trabalho. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado, Vereador.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Bom dia, senhoras e senhores, volto à tribuna, agora, para defender a Emenda nº 03, também de nossa autoria. O projeto original que veio do Executivo prevê cláusulas temporais que estabelecem que os profissionais serão contratados temporariamente por um ano, prorrogável por mais um. Com um ano prorrogável por mais um, essa lei findaria no final do ano letivo de 2020, se não ocorrer algum problema no transcorrer desse período.

Em 2020, acabou a gestão Nelson Marchezan Júnior na Prefeitura. Portanto, nós não consideramos que esse projeto de lei tenha caráter temporário, ele tem caráter definitivo por todo o restante do governo Nelson Marchezan Júnior, não é temporário. A contratação temporária é enquanto o governo não consegue se organizar para concluir o concurso que está em andamento e só não foi concluso porque falta pagamento para a instituição que está organizando esse processo seletivo e a abertura de um novo concurso para professores de área, professores especializados. Um ano, mais um ano, não há temporariedade, é um contrato definitivo que livra esse governo da responsabilidade de concursar e nomear novos professores e, assim, transfere toda a responsabilidade e um enorme problema para o futuro governo, que nós não sabemos quem será. Não sabemos quais serão as siglas partidárias que assumirão o Paço Municipal a partir de 2021.

O que o Sr. Nelson Marchezan Júnior está fazendo é transferir um problema gravíssimo, porque, muito provavelmente, se não forem feitos concursos públicos, o quadro, o RH das nossas escolas estará muito deficitário, porque teremos mais e mais aposentadorias. A cada ano, nós temos, pelo menos, uma centena de profissionais se aposentando. Quando este governo assumiu, já eram 250 aposentadorias e nenhum professor foi chamado em concurso até praticamente a metade do ano de 2017. Nenhum. Embora, no ano anterior, um pouco mais de 250 tenham se aposentado. Isso é falta de responsabilidade em uma área tão importante como a área da Educação. O Município de Porto Alegre tem, em vigência, a Lei nº 7.770/1996, que estabelece o regramento para contratações temporárias, contratações emergenciais, em caso de calamidade pública ou extrema necessidade do Município. É o caso, temos extrema necessidade de contratar novos professores para concluir este ano letivo, para permitir que os processos seletivos sejam concluídos ou iniciados, mas dois anos é demais. Cumpra-se o que se determina na lei. A Lei 7.770/96 determina que são 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias. E é o que estabelece a nossa Emenda nº 03. Ou seja, exigimos que haja o cumprimento da lei municipal que determina 120 dias, mais 120 dias, se houver necessidade, e é o que nós trazemos nesta emenda para incorporação ao projeto. Não aceitamos que um projeto que se diz de contratação temporária transforme-

se em contratação definitiva para conclusão de um mandato no Executivo. Achamos que isso é uma extrema falta de responsabilidade, uma falta de respeito com as nossas crianças e uma falta de respeito com aqueles que pagaram a inscrição no último concurso público, que foram aprovados na primeira fase e estão aguardando o chamamento, porque não houve conclusão do concurso por falta de pagamento. Respeito a esses profissionais, respeito ao dinheiro que eles investiram justamente para...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado, Prof. Alex. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria saudar os cobradores e motoristas de ônibus da nossa cidade de Porto Alegre que estão aqui hoje para garantir a profissão de cobradores e também seu plano de saúde, que é de extrema importância para suas famílias. Quero dizer ao Prof. Alex o que insisti já na sessão de segunda-feira. A contratação emergencial, conforme a Lei nº 7.770, se dá em vários setores da nossa Prefeitura. Agora, volto a insistir, Ver. Prof. Alex Fraga: na área da educação não se dá. Porque, num contrato de 60 dias, se for contratado nesta data, por 120 dias, quando chegar no período das aulas, já passou a metade desse contrato. Quando os filhos dos trabalhadores, quando as pessoas precisarem botar os seus filhos para iniciar o ano letivo, já passou a metade do contrato. Nós precisamos, efetivamente, de professores nas salas de aula; nós precisamos, efetivamente, que as pessoas estejam na sala de aula – efetivamente lá na sala de aula. Então, nós não podemos ter um contrato de 120 dias. É inadmissível que se tenha no ano que vem, novamente, o que se viu no decorrer deste ano, não ter professores nas salas de aula, ter déficit de professores de matemática, déficit de professores de geografia, déficit de professores de história, déficit de professores nas comunidades pobres de Porto Alegre, e várias vezes nós trouxemos isso aqui na CCJ, trouxemos neste plenário, como ocorreu na Restinga, no Chapéu do Sol, no Rubem Berta. Então, nós vamos, aqui, defender que esse concurso seja feito, como já foram feitos vários outros concursos. Nós voltamos a afirmar aqui o concurso que foi feito na área da saúde e até agora não foram chamados os técnicos de enfermagem, como também houve o concurso da Guarda Municipal, e a população de Porto Alegre continua precisando de guardas, continua necessitando de enfermeiros e até hoje não temos nem enfermeiros nem guardas, não foi feito um contrato emergencial e a população continua sem esses serviços. Então, acho que essa luta por concursos públicos tem que permanecer.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Por favor, se acalmem. Vocês querem ensinar os nossos filhos dessa forma? Acalmem-se. Vamos continuar lutando pelo concurso público.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Nós queremos os professores concursados, queremos médicos concursados, queremos enfermeiros concursados, queremos guardas concursados. Agora, nós queremos também os contratados. É emergência termos professores; é emergência nós termos as áreas funcionais na cidade de Porto Alegre. Então, quero dizer que esta emenda dificulta muito a contratação de professores, já que 120 dias tira a metade das aulas desses professores, pois o ano letivo, no ano que vem, inicia depois do carnaval. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Vereador-Presidente, senhores e senhoras, agora quero cumprimentar, em especial, as professoras que aqui estão e que realizaram concurso público. São 2.400 professoras e professores, Secretário Adriano, que pagaram uma taxa de inscrição de R\$ 144,00, submeteram-se a um concurso público, têm todo o direito de ser nomeados e nós desejamos que sejam. É uma vergonha! Deveria ter punição a um município que leva um ano inteiro para realizar o concurso, e o concurso é suspenso por falta de pagamento. Esse pagamento, pessoal, é um dinheiro recolhido dos candidatos. Isso tem nome, isso é desvio de recurso privado. O Município arrecadou, cobrou das pessoas que fizeram o concurso e não pagou a La Salle, não pagou a empresa que está realizando o concurso. Aí o concurso foi suspenso. Como fica o direito das 2.400 pessoas que fizeram o concurso, das pré-selecionadas. Como fica o direito das crianças, Janta? O Município, no final do ano, com um monte de lacunas, porque temos 798 cargos vagos de professor. Isso nunca aconteceu em Porto Alegre. Assim como o DMAE, que tem 2.000 cargos vagos. É o desmonte das políticas públicas em Porto Alegre. São quase 1.000 cargos vagos de professor, e um ano inteiro as escolas lutando para obter a reposição de profissional para atender às crianças com a qualidade que lhes é devida. Então, leva um ano para realizar concurso – dois concursos, o da educação infantil e o dos anos iniciais do ensino fundamental – e agora está suspenso, e a solução é remendo, é fazendo contrato temporário, e eu quero inclusive dialogar, porque nós estamos ao vivo no Face, a TVCâmara está ao vivo, sugiro a todos os vereadores que coloquem nos seus perfis, e as pessoas estão lá dando opinião. Eu quero dizer que eu desejo para os queridos professores e professoras que estão acompanhando no Face que possam fazer um concurso e terem uma carreira. O

contrato temporário é precário, a qualquer momento a pessoa pode ser desligada num período curto, não dá direito a 13º salário e nem a férias, não há nenhum vínculo de trabalho; esse contrato tem que ser excepcional, em situações em que é impossível fazer o concurso, e não é o caso. O prefeito municipal, propositalmente, não realizou concurso, de propósito, para entregar uma educação pobre para pobre, que é isso o que está determinado pelo prefeito municipal. Ele está pouco preocupado que a educação seja de qualidade de verdade e que os profissionais sejam respeitados, sejam qualificados, tenham carreira e possam dar seguimento a um processo educacional adequado. A emenda do Ver. Prof. Alex está muito correta; diminui o tempo, se é caráter excepcional... Aliás, olha só: é excepcional, mas é para o ano letivo do ano que vem! Para o ano letivo do ano que vem, Ver. João Carlos Nedel, o concurso responde. Então não tem nada de excepcional. O Ministério Público e o Tribunal de Contas já têm jurisprudência, nós denunciemos no Tribunal de Contas, denunciemos a suspensão do concurso pela La Salle, denunciemos que o prefeito não pagou, denunciemos que é um ano inteiro que não repõem professores, e ele, Ver. Idenir Cecchim, não está cumprindo o que o Ministério Público em três ações civis públicas está determinando: que realize concurso – a Dra. Daniele determinou prazo para realizar o concurso. Nós, na Câmara, não podemos concordar com esse rebaixamento da qualidade da educação com remendo, com irresponsabilidade com as escolas, com os professores e com os estudantes. Não podemos! E não é que os professores que vão pegar os contratos sejam ruins, é claro que não, eles é que serão desrespeitados também na sua dignidade salarial e na carreira que merecem. Eu chamo à atenção ao § 1º que é muito importante também, além do prazo, que vincula aos concursos. Ver. Prof. Alex, vamos aprovar a sua emenda. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado, vereadora. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, essa discussão sobre a contratação dos professores, eu acho que é muito importante, mas, antes de tudo, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Janta, nós temos que ver o que é realmente uma vergonha. Eu acho que vergonha é fazer um concurso público para ser professor ou professora e trabalhar um ano e meio ou dois anos e se aposentar com R\$ 15 mil por mês. Isso, sim, é uma vergonha. Uma vergonha é subir aqui e querer elogiar os professores públicos, o que eu acho que está certo, e colocar seus filhos na escola privada, porque não acreditam nos seus professores públicos. Isso sim é uma vergonha. Então, para começar essa discussão, nós temos que saber o que é vergonha. Nós todos sabemos o que é vergonha. Eu acho que nós temos que pensar no futuro, e o futuro nos diz que os professores contratados do Estado e do Município prestam um grande serviço, são capacitados. Os contratados prestam um

grande serviço e são capacitados sim. E isso resolve o problema daqueles que estão em licença prêmio, licença saúde, licença de interesse. É por isso que precisam ser contratados professores; porque muitos não estão trabalhando na sala de aula. Aqueles professores que têm compromisso com a sala de aula, nós aplaudimos, defendemos e sempre vamos louvá-los. Agora, criticar professor contratado... É isso que estão fazendo aqui, querem desmoralizar professores contratados. Eu peço que assistam aos depoimentos que estão sendo feitos aqui. Professores capacitados, que estão em sala de aula, se esforçando, esses nós aplaudiremos, sempre! Por isso, professores contratados, contem com o nosso apoio, nós acreditamos em professores, sejam quais forem. Não me preocupo com essas vaias, porque essas professoras, por exemplo, não estão em sala de aula, estão aqui, provavelmente recebendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Valter. Escutar o Ver. Idenir Cecchim... Que tarefa nós temos! O Ver. Idenir Cecchim coordenou a campanha do governador Sartori pela reeleição. Nós respeitamos, reconhecemos e valorizamos muitíssimo os trabalhadores, os profissionais, os professores contratados – respeitamos! O governo de vocês, quando não paga salários, quando atrasa salários, quando persegue a categoria do magistério é que não respeita. Por sinal, por isso perdeu a eleição; apesar disso, eu não tenho acompanhado no detalhe, porque não sou do MDB, eles perderam a eleição! Quase chamaram de corrupto o governador que ganhou, e parece que vão compor o governo de quem ganhou! Assim como, pelo que eu sei, foram também compor o governo Marchezan – o MDB. Essa é a autoridade do MDB. O Ver. Prof. Alex Fraga me lembrou que os professores que estão aqui são professores que passaram no concurso, que pagaram para fazer o concurso; o governo suspendeu o concurso, e agora, na verdade, impõe goela abaixo da Cidade o processo de contratação temporária que, como demonstrou o Prof. Alex, não tem nada de temporária, porque é uma contratação durante todo o período do governo Marchezan. O Prof. Alex me lembrava que nós temos a perspectiva de que muitos professores irão se aposentar. E é lógico! Qualquer trabalhador sabe que os trabalhadores estão sendo massacrados, que os trabalhadores estão ficando doentes. Na primeira oportunidade de se aposentar, qualquer trabalhador se aposenta; se puder se aposentar, se aposenta. Ainda mais que nós temos a ameaça de terminar a aposentadoria no Brasil; então tem muita gente que está pensando que ou se aposenta agora, ou não se aposenta mais.

Eu quero chamar a atenção de vocês. O que está por trás dessa política do governo, Ver. Janta, não é resolver emergencialmente o problema das escolas e da falta de professores. O que está por trás da política do governo Marchezan é o mesmo que move os interesses empresariais quando não querem reajustar o salário dos rodoviários,

que aqui estão; quando querem terminar a categoria dos cobradores. Os grandes empresários – estou falando dos grandes, não dos pequenos e médios – estão preocupados sempre em ampliar o seu lucro.

Quando o governo Markezan quer fazer um ajuste no serviço público, quando o governo Markezan quer precarizar o serviço público, o governo Markezan quer tirar direitos do serviço público, porque ele quer acompanhar e fortalecer na sociedade a lógica de que os trabalhadores não precisam de direitos para trabalhar. E nós, quando rejeitamos a precarização, queremos afirmar o oposto: que os trabalhadores devem ter, sim, direitos; que é preciso ter emprego, mas é preciso ter também direitos. A época da escravatura já passou, embora grandes empresários e governos aceitem ser reprodutores dos interesses desses grandes empresários, querendo fazer com que a nossa classe trabalhadora vire escrava novamente.

Quando há mobilização dos professores, quando há mobilização dos rodoviários, é porque tem uma parte consciente do nosso povo que diz: “Não, parem de nos atacar!”. E nós – este é o encaminhamento do PSOL – estamos com aqueles trabalhadores que já perceberam que não se pode mais aceitar ataques a direitos. Por isso a contratação temporária, da forma como o governo quer estabelecer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi atentamente o que disse o Ver. Robaina e o que disse a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, e quero dizer uma coisa, Ver.<sup>a</sup> Sofia: existe, sim, uma vergonha, um escândalo na educação em Porto Alegre sobre o qual nós precisamos falar com muita profundidade. E há um escândalo no modelo de contratação do Estado, como um todo, da União, dos estados e dos municípios sobre o qual nós precisamos falar com muita profundidade e prestar contas para o cidadão que paga impostos e que sustenta os serviços dos estados e da União. O escândalo é o seguinte: Porto Alegre, em proficiência de português, é a 17<sup>a</sup> cidade entre as capitais. A 17<sup>a</sup>! Com remuneração média por professor mais alta das capitais do Brasil, nós somos a 17<sup>a</sup> cidade em proficiência em português. Somos a 21<sup>a</sup> capital em proficiência em matemática. Este é o verdadeiro escândalo da educação de Porto Alegre! Com o salário mais alto, nós somos a 21<sup>a</sup> capital em proficiência em matemática! Oito em cada dez alunos vão terminar o 9<sup>o</sup> ano do ensino fundamental sem proficiência em matemática e português! Isso é um escândalo! E V. Exa. diz: a solução é o concurso, hoje. Essa é uma questão que precisamos pensar profundamente. Cem por cento dos professores em Porto Alegre são concursados, e o resultado é insuficiente! A remuneração é a mais alta das capitais, e o

resultado é insuficiente! V. Exa. precisa entender que o que está em crise no Brasil é o modelo de contratação de servidores, através de concursos: estáveis eternamente e com aposentadoria integral. Isso se tornou impagável e ineficiente.

Ver. Roberto Robaina, o senhor tem razão, o governador Sartori perdeu no 2º turno, mas V. Exa. perdeu no 1º, e perdeu bem mais; e perdeu porque as ideias que V. Exa. representa são as de concurso e de tudo no estado, tudo pelo estado e tudo através do estado. É um modelo quebrado, e isso a sociedade respondeu nas urnas também: que quer uma diminuição no tamanho do estado, que quer serviços públicos prestados com eficiência, ainda que eles não sejam estatais, que é descabido que o Município construa escolas e contrate professores eternamente com esses resultados, é descabido! É descabido que o estado gaste tanto em folha e preste os serviços que presta, e esse foi o resultado das urnas, e essa é a situação que o Brasil chegou e que nós precisaremos, com muito mais profundidade do que nesse projeto – que é bom e que merece ser aprovado –, discutir: qual é o serviço que a gigantesca e cara máquina pública brasileira está prestando para os cidadãos. Tenho certeza que o cidadão que está nos assistindo sabe: é ruim, é muito ruim e nós precisamos mudar o modelo de contratação de serviços públicos para o cidadão, que merece um serviço público bom, pelo qual nós pagamos muito e prestamos um serviço ruim. Enquanto a classe política não entender isso, nós continuaremos sem entender o resultado das urnas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18, pela oposição.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Agradeço, Presidente, e peço a compreensão de falar de novo, Ricardo, porque eu acho que com os argumentos que o senhor coloca é importante fazer o diálogo. Infelizmente, Cecchim, o prezo, nós temos uma boa relação, mas os seus argumentos não são verdadeiros. Aí não é possível dialogar. São argumentos para bater no opositor e não para defender uma ideia. Nenhum professor do município de Porto Alegre se aposenta dando aula por um ano e meio, nenhum professor!

(Aparte antirregimental.)

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Estou dizendo, nenhum professor, portanto, isso não é uma verdade. Ou faz 25 anos só de sala de aula, ou faz 30 anos de sala de aula, supervisão, coordenação, Secretaria de Educação e tantos outros espaços que são tão importantes quanto a sala de aula. Não tem essa aí! Os vereadores que aqui vêm defender o estado mínimo na educação são os vereadores que defenderam não manter o teto para algumas funções públicas em Porto Alegre. Para a Fazenda, para

a Procuradoria não tem problema; inclusive, nem respeitar o teto do prefeito precisa! Então, tem uma visão de estado em debate, que é uma visão de que algumas carreiras, que é a que arrecada e a que defende o prefeito, essas são bem pagas; as outras, mal pagas, secretário. Eu não creio que o senhor acredite que professor tenha que ser mal pago. Professor tem que ter um capital cultural único, atualizado permanentemente e precisa ganhar muito bem, Wambert, igual a um engenheiro, a um médico, igual! Eu não admito menos. Igual a um auditor de finanças públicas, igual a um procurador, essa é a minha defesa. E a farei no estado do Rio Grande do Sul, onde a indignidade é o que tem para o professorado, com contratos temporários e precários, nunca sabem quando vão ser demitidos, não têm carreira e não têm o respeito público que deveriam ter. Então, vamos partir de pressupostos bem diferentes, e vamos falar de resultado da educação. Sobre resultado de educação, eu aceito todas as críticas. Nós escrevemos no Plano Municipal de Educação que tem que fazer um sistema participativo de avaliação da rede municipal da educação em Porto Alegre, de todos os aspectos, porque nós queremos projetar melhoras na educação. Para nós, só o IDEB, uma única prova no ano não verifica a qualidade da educação. São muitos aspectos para se colocar em curso um incremento à educação. A educação brasileira, eu digo que ela é de qualidade quando não tinha lugar para os estudantes e hoje tem. Muito recentemente nós trouxemos os filhos das classes trabalhadoras para escola. No entanto, Porto Alegre deve 6 mil vagas para crianças de 4 e 5 anos, o Tribunal de Contas, na semana passada, assim identificou. As crianças que entram no ensino fundamental sem nenhuma experiência na educação infantil, sem construir o símbolo, têm muita dificuldade de aprender o letramento no primeiro ano que frequenta a escola. Nós precisamos de um tempo mais largo, nós precisamos trabalhar com estratégias que cheguem na riqueza de conhecimento, de experiência das comunidades. A educação de jovens e adultos, que está sofrendo uma redução brutal tanto pelo Estado quanto pelo Município, é fundamental, porque uma criança que vê pai, que vê padrasto, vê irmão mais velho estudando, manuseando o livro, essa criança vai se envolver no mundo da educação com mais pertinência, com mais significado e mais sucesso. Então, são muitos elementos concorrentes. A ex-diretora da Escola Ana Íris do Amaral está aqui e está me dizendo que foi chamada para comemorar lá na escola, porque a escola tirou a nota nacional mais alta. Por que os nossos alunos são campeões de robótica? E a única equipe que foi para o Canadá foi a da Lomba do Pinheiro. E se os alunos sabem robótica, eles não sabem matemática? Será que os alunos estão equivocados ou é um único teste que está equivocado? Sim, robótica é muito importante, Vereador, é hoje a inteligência das coisas, é o futuro do mundo e do emprego. Portanto, há muitos elementos que concorrem para a educação de qualidade, e nós queremos fazer esse debate, nós sempre investimos nisso. Agora, não venham me dizer que estado mínimo e contrato precário dá qualidade na educação, isso é um equívoco!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ouvi com atenção o que foi colocado aqui com relação aos salários dos professores de Porto Alegre. Eu me sinto muito orgulhoso sobre o salário, o ótimo salário que os professores ganham em Porto Alegre, porque foi um plano de carreira feito pelo prefeito Collares e pela secretária Neuza Canabarro, que eram muito criticados, e graças ao Collares e à Neuza Canabarro existe esse plano de carreira que outras profissões e carreiras querem na Prefeitura e ainda não têm.

Agora, eu fiquei muito triste, e o PT deve ter ficado também triste, quando o governador Tarso Genro, quando ministro da educação, criou um piso nacional para os professores; veio a ser governador e, além de não cumprir o piso... Eu nunca vi isso, entrou na Justiça contra ele mesmo para não pagar o piso! Aí vocês não gritam. Gritem aí! Vocês não receberam o piso, não recebem até hoje, aí vocês não falam, porque é o PT. Aí vocês não falam porque é o PT! O Tarso entrou na Justiça contra ele mesmo para não pagar o piso, criou o piso como ministro da Educação e como governador não pagou. E só não teve esse plano de carreira do Município no Estado, com o Collares e a Neuza, porque o CPERS não deixou. Foram seis meses de greve! Se não, os professores do Estado também estariam ganhando quanto ganham e merecem ganhar os professores do Município.

Então, eu não tenho nenhuma preocupação que os professores do Município se aposentem com R\$ 12 mil, R\$ 14 mil, R\$ 16 mil. Eles se prepararam para isso, estudaram para isso e justamente ganharam um plano de carreira. Toda categoria tem que ter um plano de carreira! O que não pode é nós chegarmos no final do ano aqui e ouvirmos o seguinte: “Vim denunciar a escola tal, os alunos não tiveram aula de português. Na escola tal os alunos não tiveram aula de matemática, porque faltaram os professores.” Ora, olhem para o governo do Estado. Todos os governadores, todos – Collares, Rigotto, Tarso, Olívio – contrataram emergencialmente, ou não contrataram? Contratam até hoje! Então isso aqui não pode ser um embate político. E quem está falando aqui é alguém que vota contra o Marchezan. Eu faço oposição ao Marchezan. Eu não sou independente! Eu tenho posição política! Eu não voto aumento de IPTU, eu não voto contra funcionário público, eu não voto para tirar os cobradores, eu não voto para tirar plano de saúde dos cobradores, eu não voto, eu tenho posição. Agora, em um momento desses, de dificuldades, que não tem um concurso vigente, ora, tem que contratar emergencialmente! Eu vou votar para contratar emergencialmente! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu ouvi atentamente, há pouco, o Ver. João Bosco Vaz, cuja manifestação esvaziou um pouco a minha. Eu acabei de receber, estarrecido, o contracheque de uma professora do Estado: base para previdência, R\$ 1.512,24; base para renda, R\$ 867,00; base para férias, R\$ 601,00; total de vantagens – é até vergonhoso ver isso no contracheque –, R\$ 1.827,00; descontos, R\$ 330,00. Essa professora recebe R\$ 1.497,00. Ela tem que sobreviver, comprar livros, se locomover para o trabalho, comer. Essa é a realidade dos nossos professores no Estado do Rio Grande do Sul, que o governador Tarso Genro, criminosamente – criminosamente! –, porque foi uma falsidade ideológica, porque foi uma fraude, estelionato, propõe um piso salarial para esses professores, quando ministro da Educação; chega aqui no Estado, não só não cumpre, assim como resiste judicialmente para não cumprir o piso. Um *show* de hipocrisia! Uma hipocrisia criminosa, um atentando não somente aos nossos professores, mas também às nossas crianças. É muito triste.

Sabe, Prof. Alex, eu estava ontem conversando com essa professora, e eu, com toda a minha formação universitária, tive um momento de devaneio, ontem no café, juro por Deus, eu disse: “Tu sabes, eu estava pensando em fazer um concurso para professor de ensino médio”. Eu acho que eu teria muito a contribuir, já estou com 50 anos, faço em janeiro, acho que seria uma boa opção, mas quando ela me disse o salário, eu fiquei profundamente desestimulado dessa ideia. Mas como disse o Ver. João Bosco Vaz aqui, e muito bem lembrado, essa não é a realidade do Município de Porto Alegre. A média salarial, os professores do Município de Porto Alegre, você que está em casa nos assistindo, é de R\$ 9,5 mil – essa é média. Isso é uma média, não sei se vocês ensinam matemática, isso é uma média: R\$ 9,5 mil. Como foi dito pelo Ver. Cecchim, tem professor aqui, que é vereador, ganha R\$ 15 mil e se aposentou com R\$ 15 mil, isso é público, está no portal transparência. Então, essa é a média, e o resultado que se entrega é deferente. Os níveis de aprendizado, o nosso índice no IDEB, nós temos que repensar, repensar, sim, a educação pública em Porto Alegre. E nós, professores, eu sou professor, sabemos que nós temos que entregar. Agora, vocês são professores mesmo? É isso que vocês ensinam em sala de aula? Esse tipo de fascismo? Enquanto alguém está na tribuna expondo sua opinião vocês ficam gritando o tempo inteiro! Eu dou aula, sim senhora, dou aula, sou pesquisador, sou cientista. Entre no meu currículo que a senhora vai ver. Este ano eu publiquei oito capítulos de livros, organizei quatro e estou publicando um solo. Eu trabalho, eu não fico na rua, como um vagabundo, insultando quem está na tribuna. Eu trabalho! Eu sou professor, cientista, pesquisador, tenho mandato, sou advogado e produzo! Vereadores, são esses professores que ensinam os nossos filhos nas salas de aula? Eu quero crer que não. Vamos enfrentar esse problema da má educação em Porto Alegre, sim.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**. Fica prejudicada a Subemenda nº 01.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Bom dia a todos que continuam acompanhando a nossa sessão, eu gostaria inicialmente de agradecer à Ver.<sup>a</sup> Sofia, que gentilmente se prontificou a assinar a Emenda nº 04 junto com a nossa bancada. O projeto de lei em debate estabelece alguns regramentos e assegura alguns direitos aos contratados. O art. 2º determina que a remuneração dos professores e professoras contratados pelo Município, a partir dessa lei, será composta pelo valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para qual são contratados, observada a titulação de magistério, nos termos do art. 24 da Lei nº 6.151/88. A titulação de magistério no Município de Porto Alegre é referente à primeira classe salarial da categoria, ou seja, o indivíduo recebe por conta de uma complementação do seu ensino médio, que é o curso magistério ou normal. Esse é o menor vencimento da carreira de professor no Município de Porto Alegre, tanto que não são mais contratadas pessoas pelo nível M-1. Todas as pessoas que fazem concurso público e são nomeadas para o cargo de professor no Município de Porto Alegre já entram na categoria referente à licenciatura plena ou então a curso de pedagogia, que é o nível M-4. A Prefeitura estabelece, através do inc. I desse art. 2º, que os professores terão remuneração referente à titulação de magistério, o que achata os salários! Então isso, sim, é acabar com a valorização dos profissionais. Se alguns dos vereadores subiram à tribuna elogiando o salário dos professores do Município de Porto Alegre, vão aprovar algo que vai achatar esses salários? É o que vai acontecer se não aprovarmos a Emenda nº 04, que estabelece que os profissionais contratados em caráter temporário terão assegurados os mesmos direitos previstos na Lei Municipal nº 6.151; ou seja, se o profissional tem curso de licenciatura, que receba pelo curso de licenciatura; se o profissional tem magistério, que receba pelo nível de magistério; se tem pedagogia, que receba pelo nível de pedagogia! E não achatar todo mundo ao nível de magistério, à remuneração de quem saiu do ensino médio. Isso é uma falta de respeito, é uma falta de consideração com os profissionais. Outra: estabelece também que esses profissionais terão direito a vale-transporte, vale-alimentação, férias e gratificação natalina proporcionais – e isso tudo é louvável –, mas temos o estabelecimento, a partir também da nossa lei que rege o funcionalismo público desta Cidade. E outra: eu acredito que há possibilidade de que esses profissionais ingressem no sistema de previdência do Município de Porto Alegre, contribuam para o Previmpa. Por que o profissional que está sendo contratado pela Prefeitura em caráter temporário vai contribuir para o INSS, não podendo deixar recursos para a previdência pública do

Município, da nossa Cidade? Eu acredito que, se esses profissionais temporários ficarem aqui por 120 dias, 240 dias, 1 ano, 2 anos, o tempo que for, se contribuírem para o Previmpa e forem nomeados futuramente, eles já terão um número de inscrição e uma contribuição prévia, podendo utilizar essa contribuição para a sua aposentadoria futura. Deixo aqui esses apontamentos e peço o apoio de todos para...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Bom dia a todos e todas, em especial às pessoas que estão aqui nos acompanhando nesta manhã, rodoviários, concursadas e concursados. Eu, obviamente, não vou repetir a fala do Prof. Alex, que foi de muito conteúdo e que, de uma certa forma, desmistificou essa emenda. Inclusive, e é o que eu faria aqui, chamou a atenção dos vereadores, que já subiram na tribuna e falaram da valorização dos professores, no sentido de que esta emenda trata justamente de valorizar os professores e de não rebaixar, como o projeto original está fazendo, a remuneração dos professores. O Ver. Cecchim subiu aqui querendo nos colocar contra a quem é contratado, então, o senhor deve ser a favor desta emenda, porque, como bem explicou o Prof. Alex, tira esse nivelamento por baixo e valoriza o professor, na medida em que ele vai se qualificando. Valorizar significa pagar conforme a sua qualificação. Se ele tem curso superior, ele não pode receber como alguém que tem ensino médio. É disso que trata a emenda. Eu tenho uma certa dificuldade em entender que alguém vote contra esta emenda, porque tanto se falou em valorização dos professores, e esta emenda valoriza os contratados temporários.

Mas quero falar um pouco desse tema do contrato temporário. Não vou entrar aqui na polêmica que o Ver. Cecchim tentou provocar ao atacar as pessoas, ao invés de falar sobre o projeto, dos argumentos. Acho que essa tática não é boa, porque, senão, nós não debatemos o que a Cidade quer saber, que é a questão do que está se votando nesta manhã. Existem contratos temporários e contratos temporários. Você interpreta uma ação de uma gestão por um conjunto de elementos. E nós entendemos que o governo Marchezan está desconfortável com essa ideia de que o servidor público tem de ser contratado e tem que ter aquele sentimento de servidor para servir à Cidade durante muito tempo e durante toda uma carreira, abrindo mão de outras oportunidades que aparecem na sua vida. Interpretando o contrato temporário dentro da lógica do Governo Marchezan, é justamente uma tentativa de manter a faca no pescoço de quem será contratado. Então, não estou aqui fazendo uma crítica genérica aos contratos temporários. Acho que, numa situação imperiosa, numa situação que realmente necessite, sim, mas não é o caso, ainda mais tendo um concurso, como bem colocou a

Ver.<sup>a</sup> Sofia. Concurso que as pessoas, inclusive, pagaram para fazer. Os contratos temporários, no Governo Marchezan, a gente sabe bem a que título serve. Serve justamente para poder ter sempre a faca no pescoço, inclusive, desses contratados temporários. Eu sei que o contrato temporário gera uma lógica de insegurança total, pois – o Secretário Adriano está aqui, ele sabe – eu já convivi, já trabalhei, na administração pública, com pessoas que haviam sido contratadas temporariamente. Primeiro porque o contrato é temporário; segundo, quando chegar perto do fim do contrato, ele já vai estar com a cabeça em outro lugar, porque não sabe se vai continuar. Percebam que, como se trata de educação, nós precisamos que a pessoa tenha um vínculo efetivo, tenha garantias, tenha um planejamento de vida profissional que não irá durar dois anos, pode durar 20, 30 anos, é uma escolha de vida; um contrato temporário é extremamente nocivo para a solidificação dessas relações. Eu, neste último minuto, aqui, quero, de uma certa forma, fazer esse contraponto àqueles que sobem aqui e falam mal do Estado e criam essa figura idealista de que o privado a tudo resolve. Parece que não sabem, ou não lembram que pessoas da iniciativa privada botaram ácido no leite, um grande escândalo aqui no Estado. Podemos falar da Boate Kiss, não era uma boate estatal. Podemos falar daquela empresa terceirizada do DEP, que hoje responde processo judicial, os gestores, os privados, que disseram que limpavam 90 bueiros numa rua que tinha 4 ou 5 bueiros. Então, calma lá com essa ideia idílica de achar que o público não presta e o privado solucionará todos os problemas da nossa sociedade. Então, votaremos a favor da emenda, pedindo para que todos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, não quero entrar em nenhuma polêmica aqui com o Ver. Marcelo Sgarbossa e nem com o Ver. Prof. Alex Fraga, mas eu entendi esta emenda como um pedido de desculpas aos professores contratados. Quando os vereadores da oposição viram que perderam na razão, estavam contra os professores contratados, inventaram uma emenda para fazer parecer que estão a favor. Não! Eles não estão. Eles apenas querem mascarar; tem que se assumir que aqui eles foram contra os professores contratados do Município, contra os professores contratados do Estado. Eles preferem que as crianças fiquem sem aula. Aqui não se trata de concursado ou não concursado, se trata de ter consideração pelas crianças e pelos pais das crianças. Esses, sim, querem os professores em sala de aula, eles não querem saber se o professor é concursado ou contratado. Eu acredito no professor que dá aula, seja ele contratado, seja ele concursado. Professor que tem responsabilidade com a sala de aula, não com o CPERS; professor que tem responsabilidade com as crianças, não com o seu sindicato. Tem que

ter responsabilidade com o cidadão, com os pais das crianças, com as crianças que precisam escola. Então, não adianta inventar emenda! Eu vejo os rodoviários aqui preocupados, com razão, se vão tirar ou não o emprego deles; o concursado, se trabalhar ou não trabalhar, não vai acontecer nada.

Só para dizer para o Ver. Sgarbossa sobre o DEP: na iniciativa privada, quando se descobre o ladrão, ele vai preso e perde o emprego. E o fiscal que assinou aquilo? Ele era funcionário público! O senhor não fala nada, Ver. Sgarbossa? Aquele funcionário público que abona a sacanagem, isso o senhor não fala nada? Cadeia é para todos que roubam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 012/18, pela oposição.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Primeiro, é preciso tirar algumas fantasias aqui das ideias dos vereadores e vereadoras e da população. Na verdade, nós estamos dizendo: contrato temporário faz mal aos professores, a qualquer professor ou professora. Este é mais capcioso ainda, porque ele burla o plano de carreira, secretário. Os contratados temporariamente... Estou com a tabela, a qual não consegui passar a tempo para que colocassem no telão, mas na sequência vou colocar, agradeço aqui a nossa assessoria. Tabela de pagamento do magistério municipal: M1, como é proposto. O M1 é formação em ensino médio, nosso técnico, magistério, curso normal, certo? Então, o governo, independente de ser um professor que vier a fazer a seleção para um contrato temporário e tiver graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado, o plano de carreira valoriza e paga, por quê? Porque nós queremos que a criança, lá na infância, já tenha um profissional superqualificado. No contrato temporário, por dois anos, a lei diz o seguinte: “Nós vamos pagar M1, ponto”. Pois eu digo para vocês quanto é: R\$ 1.463,00. Este é o salário que será pago para o professor temporário para assumir uma turma; se ele assumir uma segunda turma, não é dedicação exclusiva, que aumenta 100% – ao passar de 20 horas para 40 horas ele ganhará outros R\$ 1.463,00. Este é o salário, não tem carreira; este é o salário bruto para o professor temporário. O Prof. Alex está dizendo: “Vamos respeitar o plano de carreira”. Aí dizem que o plano de carreira é absurdo. O plano de carreira, com esse mesmo salário, vai passar, se a pessoa tiver graduação, para R\$ 2.264,00. Então, na proposta do Ver. Prof. Alex, o professor ganhará R\$ 2.264,00, está bem, professor Ricardo Gomes? Então é bom a tabela estar publicada na transparência da Prefeitura. Para receber um salário digno, tem que estar no fim da carreira, do meio para o fim, se o professor passar nas seleções de letras, e para passar nas seleções de letras ele tem que fazer cursos permanentemente. Se ele fizer pós-graduação tem uma letra; se fizer mestrado, outra; doutorado, outra. Então, gente, é uma vida inteira, e, ao chegar aos 60 anos, aí, sim, chega ao salário que aqui está sendo alardeado. Começa com R\$ 1.400,00, Ver. Reginaldo Pujol! E não tem carreira para os contratos temporários.

Então, o que o governo Marchezan quer na sua gestão? Deixar aluno sem aula, que é o que ele está fazendo, tem 700 cargos vagos; não prover com carreira; e não nomear professores, porque suspendeu um concurso em andamento. Outro concurso da área, não sabemos quando será – segundo o secretário, foi autorizado agora. Então o governo Marchezan quer gastar bem pouco com professores e continuar discursando que a educação é ruim. Ela é ruim porque é desrespeitada. Os professores vão dar aula sabem quando? Janeiro e fevereiro. Qual a qualidade de educação para os alunos que vão estudar todo janeiro e todo fevereiro, com um pingão de turmas? Os professores, que são zelosos, pela justiça, não precisam recuperar esses dias, Ricardo, mas eles vão dar essas aulas. A justiça decidiu que a greve era justa, que era por absoluta falta de respeito e negociação do nosso prefeito com a categoria; mas os professores vão dar essas aulas em janeiro e fevereiro. São professores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sim, agora que vocês conhecem o início da carreira do Município, do professor municipal, eu quero falar desta emenda, que ela realmente dá um caráter temporário às contratações. Ela diz, singelamente, o seguinte: “Cessar a autorização para a contratação temporária no momento em que for homologado o resultado final do concurso”. Então, se o concurso tiver pronto, a lista dos professores aprovados publicada, não há o que justifique manter a autorização para contrato temporário. E aí é um divisor de águas: se nós vamos realmente votar por termos professores com cursados, e insistir no concurso, ou se nós vamos partir para uma permanente e definitiva degradação das relações de trabalho do profissional professor, com a prefeitura e com o cidadão, enfim, última.

E, nesse sentido, eu também aproveito para lembrar aos senhores, inclusive ao Bosco, com quem tenho uma relação de muita franqueza, que no governo Tarso nós fizemos dois concursos públicos, num único governo. Num único governo nós fizemos dois concursos públicos de professor para todas as áreas do conhecimento, anos iniciais, séries iniciais, na tentativa de oportunizar aos professores contratados ingressarem na carreira, de substituir os professores contratados por uma carreira, e os professores contratados sabem disso. Então, quem vem aqui na tribuna dizer que nós somos contra os professores, não cola, desculpem, mas não cola, porque conhecem a nossa história. Só nós, só o Tarso fez concurso e tentou terminar com a chaga da contratação temporária, que é uma indignação para os profissionais da educação na relação com o

poder público, mas também é um desrespeito na relação com as famílias e com as crianças. Por que será que idosos, Ver. Oliboni, depois o senhor vai falar desse tema, em massa, vieram, para esta Câmara, defender os seus professores da Secretaria Municipal de Educação que atuam no esporte, lazer e recreação? Porque são professores de carreira, especializados, dedicados, competentes, de alta qualificação, como temos professores que atuam com autismo, que atuam com síndrome de down, que atuam com cadeirantes, que atuam com dificuldade de aprendizagem, com surdos, que atuam com cegos. Sim, nós temos escolas de surdos em Porto Alegre, nós temos quatro escolas especiais em Porto Alegre, nós temos professores altamente especializados, e não os teremos no contrato temporário. Quero lembrar que esse mesmo governo Tarso, do qual os Vereadores Cecchim e Bosco falaram, dizendo que o Tarso entrou na justiça contra o piso, pois é, este governo Tarso, no montante dos quatro anos, reajustou os salários dos professores em 76%. Na sequência, o governador Sartori, não só congelou os salários dos professores, como congelou a carreira dos professores, como parcelou o salário dos professores que estão indigentes. E o Cecchim vem aqui gargantear, mas é comparação da água para o vinho, é do nada, do desrespeito, do acinte, da violência, é da ausência de qualquer política para o professor estadual comparar com a política que foi feita por Tarso Genro. Nosso governo colocou em dia a carreira, Prof. Alex, deu reajuste, pode ter toda a crítica que quiser, recuperou a inflação e assumiu a inflação ano a ano, respeitou profundamente os professores estaduais – eu me orgulho disso! Fez dois concursos públicos. Portanto, eu me orgulho de ter coerência e de defender salários dignos para os professores municipais. Quando estivermos no governo, vamos ao limite para isso acontecer. Se há desafios para as nossas crianças aprenderem mais, esses desafios toda a sociedade tem que assumir, como defender a Petrobras para que os *royalties* do petróleo venham para a educação, e a gente tenha uma educação de...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Presidente Janta, eu queria fazer um registro. Na votação da emenda anterior, eu coloquei a senha para votar e, por um descuido meu, acabei não apertando o botão na votação. Não mudaria o resultado, mas eu quero fazer este registro político do meu voto favorável à emenda.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Feito o registro, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Janta, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco, os nossos estimados rodoviários, professores e professoras, para nós essa presença é muito importante, um abraço fraterno a todos. Eu sou a favor do professor, sou professor e

lecionei por mais de 40 anos em Porto Alegre. Também sou de posição da remuneração justa, quem ouviu o discurso que proferi ontem, foi nesse sentido que me manifestei. A emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia tem muita lógica no processo: se a contratação é temporária à medida que nós tenhamos professores aprovados em concurso, a partir daí não se chama mais em emergência e se passa a chamar os professores concursados. Eu trabalhei quase 40 anos lecionando e preparando alunos para concurso público, e os alunos, diga-se de passagem, aprovavam bastante. E não é possível que se faça um concurso público, que o pessoal dedique um tempo enorme na preparação, é aprovado e depois não venha a ser chamado, porque foram chamados os temporários. Portanto, a emenda tem tudo para ser aprovada, mas, numa questão apenas, o que não pode acontecer, na minha visão – e não sei se a emenda prevê isso -, é que se somos um professor contratado temporariamente, e se o concurso é homologado lá em novembro, não tem por que chamarmos os aprovados, só se terminou o prazo dos contratados temporariamente. Se não, quem vai perder é o aluno ao mudar de professor no final do ano. Portanto, a compreensão de que será para o próximo ano letivo é muito importante no espírito desta emenda. Votamos professores emergenciais, porque são necessários, e encaminhamos em Porto Alegre, com a máxima urgência, concurso público. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Volto novamente à tribuna, agora para encaminhar a emenda de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que está em afinidade com a fala de muitos dos vereadores que fizeram a discussão na sessão passada, e que também se pronunciaram nesta sessão, mas que, provavelmente, por estarem em afinidade com o governo Nelson Marchezan Júnior, votarão contra a emenda, indo contrários a sua linha de argumentação. Muitos vereadores, que já se manifestaram, disseram que, se tivesse concurso aberto, não precisariam vagas temporárias, que os professores seriam chamados, que isso é para que possam ser feitos concursos. A emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia só determina que, quando houver concurso e houver a nomeação dos profissionais, essa lei se acaba, essa lei tem fim. Agora eu quero ver toda contradição daqueles que, ao votarem contra a emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, vão estar indo contra as suas próprias palavras. Essa é a contradição. No momento em que nós encaminhamos emendas e fizemos a nossa sustentação, a nossa argumentação, o nosso ponto de vista com relação a esse projeto de lei, nós deixamos claro que queremos os mesmos direitos para temporários e nomeados, que deve haver isonomia, que deve haver igualdade remuneratória, igualdade de direitos. Defendemos as nomeações? Claro! Claro, mas, se houver a contratação temporária, ela deve ser equiparada em termos de direitos a todos os profissionais que já atuam nas salas de aula das escolas municipais. É uma desonestidade intelectual o que alguns vereadores estão

fazendo na discussão e debate desse projeto de lei, como faz o Ver. Idenir Cecchim, de colocar palavras nas nossas bocas dizendo que somos contra os contratos temporários, contra professores. Não somos, de forma alguma. Somos a favor da igualdade.

Se a Prefeitura acha que precisa de tempo para fazer contratação temporária, que faça, mas o tempo deve ser justo, para que possam ser feitas novas nomeações, um novo concurso e os quadros do RH das nossas escolas sejam supridos de forma adequada. Agora, aquele que chefiava a campanha do Sartori dizendo que “o Gringo tá certo”... O Gringo congelou salário de professor! O salário dos professores do Estado é uma miséria! É uma miséria! Miséria! E aquele que diz que “o Gringo tá certo”, aquele que organizou a campanha dizendo “o Gringo tá certo” apoiava fielmente essa linha de governo: está certo, congela salário, não dá direito, sobrecarrega os quadros com contratos temporários, que nunca deixaram de ser temporários. Isso é certo? Isso é valorizar o professor? Isso é valorizar a professora, é respeitar a carreira docente? Não! Isso é desonestidade intelectual, isso é deturpar as palavras daqueles que, sim, defendem, desde o início dos seus mandatos, a carreira dos professores, as licenciaturas, a pedagogia, a capacitação e qualificação dos quadros daqueles que têm como missão de vida educar e instruir o futuro deste País. Não me venham colocar palavras na minha boca e me colocar contra os meus colegas professores. Eu decidi ser professor, não para ficar rico, não para fazer negociatas às escuras, mas porque acredito que o País pode ter um futuro melhor, pode ter, mas não sustentado por mentiras e joguetes políticos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Quero registrar as presenças dos ex-vereadores desta Casa, Jocelin Azambuja e do Delegado Cleiton, que contribuíram muito para a cidade de Porto Alegre. Sejam bem-vindos a esta Casa

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/28. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sr. Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que nos acompanha na sessão desta manhã, rodoviários, sejam bem-vindos, chegaremos no momento de votar a emenda e o projeto que atingem a vida de vocês, e, com certeza, estaremos juntos na hora da votação.

Colegas vereadores, a Emenda nº 06, faço questão de lê-la aqui para que todos saibam do que estamos tratando, diz o seguinte: “Inclua-se novo artigo onde couber: os professores e professoras que atuam nas políticas públicas do esporte, lazer e recreação de origem na Secretaria Municipal de Educação, cedidos à Secretaria do Desenvolvimento Social e Esportes, serão mantidos nesta secretaria para a garantia da continuidade daquela política pública”. Os senhores todos sabem que, com a reforma administrativa, algumas secretarias foram extintas ou foram incorporadas em outras

secretarias. Poderia dizer aqui que é o caso da SMAM, que é o caso do DEP – infelizmente o DEP totalmente diferenciado do que era anteriormente, perdemos projetos estruturantes da nossa Cidade. Não foi diferente com a SME, a Secretaria de Esportes. Já há um bom tempo, a Secretaria de Esportes tinha mais de 120 professores, atendia em mais de 32 lugares, praças, parques, ginásios. Hoje, com 86 professores, atende em apenas 18 locais. Mas olha a novidade, Ver.<sup>a</sup> Sofia, presidente da Frente Parlamentar: o governo pede de volta para a SMED 32 professores de educação física, que voltam para a SMED numa outra função. Que função é essa? Nem nós sabemos. Mas não é para dar educação física. Os professores não tinham essa vontade de retornar, portanto, houve um movimento da comunidade em todos esses centros, porque esses centros trabalham com a política pública, com os idosos e com as crianças e adolescentes.

Então, eu, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da FASC, com o Ver. Alvoni Medina, presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos, com a Ver.<sup>a</sup> Sofia, presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte e Lazer, e a continuidade desse programa desses centros, tivemos várias reuniões, uma delas com o Adriano, secretário que está aqui conosco, que, na ocasião, disse que ia reavaliar a cedência desses professores para a SME, até porque é da sua incumbência como secretário da SME.

O que nós estamos fazendo é um apelo, junto à comunidade – inclusive foi feito um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas –, para que esses professores de educação física voltem para a SME e que continue o programa ora existente. À medida que o governo, agora, faz um edital para contratar professores e ser aprovado, o governo, com a base ampla que tem, vai aprovar, podendo, no mínimo, reconhecer o trabalho feito pela SME durante uma década. E que esses professores de educação física voltem para a SME, continuando com a excelente política que vinham atendendo ali no Ginásio Tesourinha, no Parque Ararigbóia, ali na Praça Darcy Azambuja, no Intercap, e outros tantos centros importantes que dialogam com esses cidadãos e cidadãs para uma melhor qualidade de vida.

Então, a Emenda nº 06 trata, sim, de fazer com que o governo mantenha essa política junto à SME e que esses professores ora retirados retornem à secretaria para continuar nesse programa tão importante para a vida das pessoas. Então peço aqui o apoio dos vereadores para nós aprovarmos a Emenda nº 06, e o governo passa a ter esse compromisso de devolução dos professores de educação física. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18, pela oposição.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Obrigada, Ver. Janta, conto com o teu apoio também neste tema. Queria explicar melhor. O Ver. Nedel disse:

“Bom, se precisa professor para o esporte e lazer, que a Secretaria de Desenvolvimento contrate”. Eu gostaria, primeiro, de lembrar, Ver. Nedel, que os professores que estão na Secretaria de Desenvolvimento Social – que incorporou a antiga Secretaria Municipal de Esportes, extinta, lamentavelmente, em meados do ano passado – nasceu da SMED, que faria 25 anos no ano passado. Vinte e cinco anos, Ver. Nedel! Na época, não foi possível nem necessário fazer concurso porque o esporte, lazer e recreação estavam dentro da SMED, era um departamento da SMED. Quando se criou a secretaria – o Ver. Bosco sabe bem –, os professores que atuavam no esporte, lazer e recreação foram para a secretaria. Não foram transportados, mas foram cedidos. Esses professores seguraram a política – Márcio Bins Ely, que foi nosso secretário, quero que tu venhas falar – de esporte, lazer e recreação na Cidade por vinte e quatro anos e meio! Política de sucesso. Nós chegamos a ter 120 professores em trinta e poucas praças e parques. Milhares de homens e mulheres passaram a ir aos parques e praças fazer ginástica, alongamento, ioga, caminhadas orientadas, danças circulares, inúmeras atividades voltadas especialmente para os idosos. Então, esses professores passaram a trabalhar à noite, fim de semana, sábado, domingo. Esses professores se especializaram em idosos. Nós temos professores que curam. Eu me arrepio, nós tivemos, ontem, quando fechamos a Frente Parlamentar, depoimentos de idosos que chegaram com bengala e que foram se curando com o trabalho especializado desses professores. São muito poucos, Ver. Cassiá Carpes, e é incorreto retirá-los. Há depoimentos que relatam que uma professora lá do Cevi dava ginástica individualizada para os idosos, e ela foi retirada, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e ela estava orientando merenda numa escola, turno escolar. Não vai conseguir essa formação de professor para atuar no parque de uma hora para outra nem na rede de ensino, nem num concurso. Então, não tem nenhum problema porque é um gasto igual, é o mesmo gasto do Município, mas nós queremos preservar esse corpo funcional que atua no esporte, lazer e recreação, Ver. Oliboni. Treze professores foram retirados a pedido do secretário Adriano do esporte, lazer e recreação. E outros 19 professores estão para sair do esporte, lazer e recreação no dia 1º de janeiro. Nós tivemos muitas movimentações em defesa desses professores; muitas. Aulas na rua, abraços a parques e praças, audiências públicas, seminário que lotou este auditório neste ano e também o Plenário Ana Terra. Nós, agora, queremos garantir na lei que esporte, lazer e recreação não percam mais professores e professoras, porque será o fim de uma política barata. Ela é barata porque tem parceria, é uma PPP com a comunidade. As comunidades, Ver. Janta, pagam a água, o papel higiênico, a luz, arrumam salas, alugam salas. Lá no Alim Pedro, lá no Cegeb, lá no Cecopam e na Vila Ingá as comunidades colaboram, mantêm corte de grama, pintura, telhado. Portanto, é a melhor PPP que existe, só que o Município tem que minimamente manter os profissionais.

Então, no momento em que nós estamos discutindo provimento de professores da SMED em cargos temporários, nós estamos pedindo que não mexam nesses profissionais que, desde o início da secretaria, foram atuar no esporte, lazer e recreação; eles se especializaram para isso, isso é uma perda dos idosos, é uma perda da Cidade, é uma desconstrução...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Bom dia, Presidente e colegas, todos que nos acompanham na manhã de hoje. Eu e alguns colegas estamos tentando, ao máximo, não subir à tribuna para apreciar a matéria. Mas não posso deixar de esclarecer algumas coisas, alguns pontos que ficam obscuros na área política. Em primeiro lugar, quero me dirigir à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Vereadora, desculpe-me, mas, repetidas vezes, eu vejo a política que a senhora faz, e eu acho lamentável, porque a senhora incita as pessoas a ficarem revoltadas. E a senhora depende dessa revolta para ganhar os seus votos. Eu estive em várias unidades, dizendo que as atividades complementares, que são desenvolvidas, não iriam cessar. E a senhora foi, em todas elas, dizer que elas iriam terminar. A senhora não quis ouvir, quando, naquele microfone de apartes, em nome do governo, eu disse que o prazo de 1º de janeiro seria prorrogado, e que os professores, que fazem um belíssimo trabalho e que prestam um serviço às comunidades, em 2019, permaneceriam. Durante as eleições, infelizmente, assessores da senhora, foram no Praça Darcy Azambuja, e a senhora foi e disse que o governo Marchezan estaria acabando com as atividades. Isso é uma mentira eleitoral que mobiliza as pessoas que mais precisam e gera um desespero, pois perderiam suas atividades que as tiram, realmente, da depressão. É lamentável a política feita dessa forma. Eu subo aqui para dizer que sua emenda é muito conhecida, nesta Casa, como emenda jabuti. Eu quero deixar claro que vejo a preocupação do Ver. João Bosco Vaz de ir até a administração, de ir até a educação. Nós estamos construindo aqui, sem uma solução, Ver. João Bosco, um comitê que faça a avaliação desses professores que precisam se manter na área do esporte e lazer, mas que precisam de um mecanismo legal para desenvolver esse trabalho, e não o desvio, de repente, de função. Por que a senhora não sobe aqui e diz que alguns professores, que não são bons professores, que são uma minoria, acabam maculando os bons professores? Nós encontramos professores que têm contrato de 40 horas, prestando 10 horas – temos que ter responsabilidade!

A administração traz para esta Casa – e é engraçado, vamos falar de política – um projeto de lei que autoriza a contratação em prazo determinado para atender necessidade temporária de 240 professores. Todos sabemos que faltam professores, e a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon diz que politicamente isso e aquilo, que não se faz... A senhora tem que falar com o Tarso Genro que, quando foi governante, contratou 1.500 professores temporários. Então eu quero deixar claro aqui, vamos deixar essa parte da politicagem, e, por favor, eu me dirijo às pessoas que sofrem e precisam desse atendimento.

Ver. João Bosco Vaz, colegas, todos sabem que o Ministério Público fez uma parte, o governo está fazendo outra parte, tinha que ter o chamamento. Nós temos que demonstrar para a área do Ministério Público que estamos fazendo os procedimentos necessários até chegar à contratação emergencial, e vamos estudar o caso desses professores da área do esporte e lazer para ver o mecanismo legal, já está assegurado aqui – vou falar da tribuna, porque parece que no microfone de apartes a Ver.<sup>a</sup> Sofia ignora, para pedir voto lá através da revolta –, aquele prazo de 1º de janeiro de 2019 foi prorrogado, esses professores vão continuar com as atividades lá nos locais, nas comunidades. Vou repetir: o prazo de 1º de janeiro foi prorrogado, os professores vão manter as atividades de esporte e lazer, e não adianta chegar lá e dizer o contrário. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Peço às galerias que respeitem o vereador na tribuna.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Ver. Moisés Barboza, eu acho que a gente percebe aqui no plenário... Hoje à tarde a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon será diplomada como deputada estadual do Rio Grande do Sul, e eu testemunhei, no tempo que nós convivemos, foram seis anos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda – V. Exa. seguidamente precisa se impor aqui –, há uma verdadeira perseguição aqui, Ver. Idenir Cecchim, o senhor não falou o nome, mas nós sabemos que esse argumento que o senhor trouxe aqui na votação anterior é direcionado a Ver.<sup>a</sup> Sofia. O senhor também, Ver. Nedel, como o Ver. Moisés, que adora falar em populismo. Tudo que nós fizemos, Ver. Oliboni, é populista, para o Ver. Moisés nós sempre somos populistas. Mas esse ataque às mulheres do plenário – viu, Beti, tu que estás chegando agora e acompanhando a sessão – é constante, e é sempre um ataque pessoal, não é um ataque no argumento, como o Ver. Cecchim acabou de fazer meia hora atrás. Eu posso citar aqui os meus projetos que o Ver. Cecchim não votou, mas isso não está em debate, então, não precisa vir aqui e dizer que é preciso ter moral para subir aqui... E aí vem o ataque pessoal.

Então, Ver. Moisés, que não vai, logicamente, me escutar, tivemos ontem a última reunião da Frente Parlamentar do Esporte e Lazer, que trata justamente do tema que o senhor trouxe, e há, sim, saída de professores. Treze já saíram, alguns se aposentaram no ano que vem. Uma secretaria, Bosco, que tinha 120 profissionais, com a aposentadoria no ano que vem de mais alguns, ficará em 36 professores. Então, se isso não é retirar os professores das praças e parques, do trabalho fundamental que fazem com a população idosa principalmente, eu não sei o que é isso. Ontem a Nadir, na sua fala – uma das que se mobilizou ao longo dos últimos dois anos com o fim da Secretaria Municipal de Esportes – disse justamente isso: “Eu não era ligada, nem sou ligada a nenhum partido”. Essa ideia de que – o Ver. Moises costuma repetir aqui e outros

vereadores – todos aqueles que discordam do prefeito são militantes do PT, do PSOL, do PCdoB, são comunistas. É um rebaixamento do debate político, e lembrando a fala da Nadir ontem, ela disse que não é vinculada a nenhum partido, mas teve que se tornar uma ativista, uma militante contra esse prefeito que não tem um mínimo de sensibilidade com esse tema, e com tantos outros, da política relacionada ao esporte e lazer, que trabalha, efetivamente, com aquela pessoa que está naquele momento de depressão, Paulinho – quero falar aqui com os companheiros vereadores do PRB, os colegas vereadores que tratam tanto do tema do idoso –, e com outros inúmeros casos, pois a gente sabe que uma das questões dos idosos é que eles vão se fechando. Por exemplo, há uma profissional qualificada, com mestrado na área, no tema do trabalho com idoso, que hoje foi deslocada para cuidar da fila da merenda numa escola – a Daniela, uma profissional capacitada num tema específico tão relevante para a Cidade. Não estou aqui menosprezando o fato de alguém trabalhar cuidando da fila da merenda de uma escola, não é isso que eu estou dizendo, só estou dizendo que na vida concreta há um impacto direto na vida das pessoas. Então, falar aqui em populismo, como o Ver. Moisés tanto gosta de fazer, é justamente tergiversar num tema tão importante para a Cidade. Fica aqui nossa solidariedade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Ver. Cláudio Janta, que preside a nossa sessão, vereadores e vereadoras, esta emenda que quer fazer lotação de servidores por lei é totalmente ilegal, não passa pela CCJ, é ilegal! E vou explicar mais: professores lotados na Educação não podem ser lotados, por lei, em outras secretarias, é ilegal. Então, vamos com calma. A Secretaria de Desenvolvimento Social tem, Ver. Freitas, 50 professores lotados, fazendo essa função que a Ver.<sup>a</sup> Sofia falou aqui – 50 professores que estão na ativa! Eram 32 professores cedidos para a Secretaria de Desenvolvimento Social e foi pedido para que retornassem para a Secretaria de Educação, porque vários desses ainda não têm o estágio probatório realizado – mais tarde, terão problemas de legalidade da sua função. Então tem que voltar para a secretaria de origem, sim. Desses 32 professores que foram solicitados, 11 foram devolvidos, voltaram; faltam 17. Muito bem, houve uma negociação com o Ministério Público para fazer uma permuta, então, 4 professores, ficaram na secretaria. De acordo com esse acordo que fizeram no Ministério Público, 17 professores ficarão por mais um ano lá na Secretaria de Desenvolvimento Social. Ver. Cassiá, 17, que são da Secretaria de Educação, ficarão mais um ano, todo ano de 2019, a serviço da Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme acordo com o Ministério Público. Nós não podemos

fazer isto: uma lotação ilegal, via lei, que é totalmente ilegal, nós não temos prerrogativas para fazer isso. Então esta emenda, lamentavelmente, não pode ser aprovada.

Nos concursos que fizeram para a educação, com mais de dois mil inscritos, somente 120 foram aprovados, e ainda não foram corrigidas as provas de redação, ou seja, ainda será reduzido esse número de aprovados – isso a secretaria está desenvolvendo. Então, senhoras e senhores, eu sei que tem vereadores aqui vinculados ao esporte, mas eu quero dizer: 50 professores estão realizando o trabalho junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, lotados na Secretaria; 17 professores ficarão por mais um ano, vereador. Isso está tudo acertado, protegido por acordo com o Ministério público. Então, recomendo que esta emenda não seja aprovada, por ser totalmente ilegal. Fazer lotação por meio de lei não é devido, é vício de iniciativa formal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. João Carlos Nedel, eu não discuto religião porque não entendo de religião, e o senhor entende; agora o senhor não pode vir aqui e fazer uma tese sobre o que o senhor não conhece. Se o senhor passar ali no Ginásio Tesourinha, naquele gigante de concreto armado ali, verá que tem 1.200 alunos, 95% são da terceira idade; tem aulas das 7h às 22h, para não dizer que é de graça, custa R\$ 40,00 por semestre; tem alongamento, tem academia, caminhada, câmbio, que é um vôlei adaptado; todos os esportes. Tínhamos 16 professores, tiraram seis ou sete. Esses professores não foram tirados da sala de aula para atuarem lá. Quando o governador Tarso criou a secretaria, esses professores estavam concursados, foram chamados do concurso. Inclusive, acabei de falar com o secretário, dizendo que há um equívoco, um erro acabar com um trabalho social desses. Aliás, o Marchezan queria acabar com a clínica de fisioterapia que eu criei lá, que é custo zero. Uma clínica de fisioterapia montada em parceria com o Mãe de Deus. E o médico que tem lá, o responsável, também não foi tirado do posto de saúde; foi buscado no concurso, porque era um médico da Medicina do Esporte. E mais, fiz um convênio com o IPA, todos os estágios obrigatórios de fisioterapia do IPA são feitos na clínica de fisioterapia do Ginásio Tesourinha, que atende todos os projetos sociais da Prefeitura e mais quem joga na várzea, quem corre a maratona. Aí, o Ver. Nedel vem aqui dizer que os professores foram retirados. Não! Os professores de educação física foram retirados de maneira errada, porque o Ministério Público pediu a volta dos professores de matemática, os professores de geografia, professores de português. Agora, tiraram os professores de lá, estão prometendo tirar mais. A minha esperança é que a Ver.<sup>a</sup> Nádia assuma a

Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, e a Ver.<sup>a</sup> Nádia tem um outro olhar sobre o esporte, porque ela conhece os projetos sociais, pois na Brigada Militar tem muitos projetos sociais, entre eles o Proerd, que ajuda, Ver. Cecchim, as crianças em situação de vulnerabilidade. Essa secretária que está aí, que vai sair – graças a Deus! -, não sabe talvez nem onde fica o campo de futebol da Safira, não sabe nem onde fica o parque Tamandaré, não sabe nem onde é o Chico Mendes. Mas se sou secretário, o prefeito me chama lá e diz que tem que tirar os professores de educação física, respondo: “Não vou tirar! Saio eu”. Na Copa, fizeram isso, quiseram empurrar para mim, dois ex-vereadores que criticavam a Copa aqui, não queriam a Copa aqui. Depois, não se reelegeram, queriam trabalhar comigo. Não. Aqui na Copa não. Mas tem que botar. Então, bote outro secretário de Copa porque vou embora, e fui embora. Tiveram que ir me buscar. Tem que combinar, Ver. Cecchim, eu nunca vou ser prefeito, nem o senhor porque nós não somos loucos, mas se eu fosse prefeito algum dia, chamaria todas as bancadas, secretários, ex-secretários e diria o seguinte: “Pessoal, o que funciona na Prefeitura? O que está certo na Prefeitura? Isso, isso e isso. Então, isso não vão mexer. Agora, respondam o que está errado? Isso, nós vamos mexer”. Entra o Marchezan lá e mexe em tudo, tira tudo, briga com os funcionários públicos, briga com o carnaval, briga com os católicos, briga com o Ginásio Tesourinha.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Mas tu estás defendendo o Marchezan, ele não quer dar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu tenho história aqui na Câmara já de muitos anos. Eu tenho acompanhado votações, ora voto “sim”, ora voto “não”, e tenho, às vezes, ouvido íntimos parceiros me enxerem de desaforos. Porque, quando se vota favorável a todas as matérias, menos uma, o pessoal pega aquela “menos uma” para fazer um carnaval. Mas eu repito o que eu tenho dito: o Ver. Bosco é a maior autoridade aqui na Câmara quando se trata de esportes, ele conhece com profundidade o assunto. Eu vou me dirigir ao nosso secretário Adriano, dizendo que está correta a posição do Bosco no sentido, Ver.<sup>a</sup> Sofia, de que não se retirem de lá os professores de educação física, porque a esmagadora maioria deles assumiu as funções na área do esporte e trazer de volta para outra área, para atuar em outras atividades, é um equívoco por parte da Prefeitura.

Portanto, o meu apelo é no sentido de que se mantenha esses professores ali na secretaria de desenvolvimento social, especificamente no esporte. Agora, sou servidor público desde 1975, concursado, são 47 anos; fui servidor público da União, do Estado e estou no Município, conheço o assunto. Agora, a questão é a seguinte, Ver.<sup>a</sup> Sofia: concordo que não é possível decidirmos numa lei a lotação dos servidores de uma determinada secretaria. O que temos que fazer é nos mobilizar para que não saiam de lá. Portanto, votarei contrariamente à emenda pela questão de não poder ser uma lei que define para onde vão os nossos servidores do Executivo. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Na verdade, a lotação de qualquer funcionário é toda feita por lei; os cargos têm lotações específicas, portanto, não é estranho colocar numa lei. Depois, o governo poderá regulamentar e deverá regulamentar o corpo profissional do esporte, lazer e recreação.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa ao PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**, 06 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Meu voto de abstenção tem significado de colocar nas mãos do Executivo a sua responsabilidade.”

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 012/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**, 07 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 20 a 22 de dezembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego Comunicado de Renúncia ao Mandato de Vereador da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que comunica a sua renúncia do cargo de vereadora, a partir da data de 1º de fevereiro de 2019, em virtude de assumir o cargo de deputada federal.

Eu peço aos rodoviários e à direção do sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre que mantenham a calma.

(Manifestação nas galerias.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Apregoo a Emenda nº 07, de autoria dos vereadores Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro, ao PLCE nº 011/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque da Emenda nº 07 ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Emenda nº 08, de autoria das vereadoras Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon, ao PLCE nº 011/18.

Apregoo Emenda nº 09, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, ao PLCE nº 011/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque as Emendas nº 08 e nº 09 ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 08 e nº 09 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nº 02 e nº 04 ao PLCE nº 011/18.

Apregoo Emenda nº 04, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, líder da oposição, e do Ver. Aldacir Oliboni, líder da bancada do PT, ao PLCE nº 001/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE nº 001/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 001/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 001/18.

Apregoo Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 018/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 018/18.

Em votação o Requerimento de autoria Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 018/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB) (Requerimento):** Presidente Janta, solicito alteração da ordem de priorização de votação para que possamos, imediatamente, discutir e votar o PLCE nº 001/18. Após retornarmos à ordem normal.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Antes de votar o requerimento, eu quero falar duas coisas, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria que fosse mantido o acordo que foi feito de votar um projeto do Executivo e um do Legislativo. O próximo projeto é do Ver. Valter, então gostaria de cumprir o que foi acordado na reunião de líderes. Acabamos de votar um projeto do Executivo, então que se vote um do Legislativo. Em segundo lugar, esse projeto que o Ver. Paulinho está pedindo para ser o próximo a ser votado, quero dizer que, durante a manhã de hoje, esse é um projeto que o governo não gostaria de votar hoje, porque pretende...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Eu vou pedir às galerias que mantenham silêncio. O projeto é do Executivo, cabe ao Executivo determinar a ordem de votação e depois ao plenário determinar isso. Então, deixem o líder do governo falar, por favor.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** O governo não quer votar esse projeto hoje porque quer respeitar os vereadores. Há vários vereadores que querem discutir melhor a matéria.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Quero pedir aos líderes do Sindicato dos Rodoviários, nós temos prazo para encerrar a sessão. Se não houver um acordo entre o plenário e as lideranças, o projeto não vai ser votado hoje. Nós temos uma ordem priorizada pelo colégio de líderes e referendada pelo plenário. O próximo projeto é do Ver. Valter Nagelstein, que se licenciou da presidência, me passou os trabalhos porque ele não pode presidir agora porque o próximo projeto é de sua autoria. Então, primeiro, consulto o Ver. Paulinho Motorista se ele quer construir com o líder do governo que o próximo projeto do governo, que é o PLCE nº 017/18, seja trocado pelo PLCE nº 001/18, enquanto nós votaríamos o projeto de autoria do Ver. Valter Nagelstein que é o acordo construído em plenário: um projeto do Executivo e um projeto do Legislativo. Enquanto nós votamos o projeto do Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Paulinho senta com o Ver. Mauro Pinheiro para construir a troca do projeto do governo por outro projeto do governo. Enquanto isso, nós vamos discutir e votar o projeto do Ver. Valter Nagelstein, cumprindo o acordo que foi feito por líderes, neste plenário, um projeto do governo e um projeto dos vereadores. Nós não podemos trocar um projeto de vereador por um projeto de governo; nós podemos trocar por um terceiro que é o projeto do governo. Agora, esse acordo foi o acordo construído, tanto é que, quando nós votamos o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, nós trocamos por um projeto da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que passou lá para o final e depois se votou o da Ver.<sup>a</sup> Sofia.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Nós nos colocamos à disposição dos trabalhadores, dos sindicalistas, chamamos o secretário da EPTC, estamos dispostos a discutir o projeto em respeito a vários vereadores, como o Ver.

Reginaldo Pujol, que tem conversado conosco a respeito do projeto, outros vereadores aqui, o Ver. Ricardo Gomes nos apresentou uma sugestão de emenda, nós estamos dialogando com ele. Então, eu não gostaria de votar esse projeto. Agora, se os vereadores entendem que é tão prioritário entrar para uma disputa sem diálogo, aprovar um projeto ou rejeitar o projeto que é importante para a Cidade, que pode baixar o valor das passagens, nós, do Governo, estamos entendendo a importância do projeto e queremos dialogar. Então, nós gostaríamos de fazer um apelo ao Ver. Paulinho Motorista, no sentido de que enquanto discutimos o projeto do Ver. Valter, que a gente faça uma discussão para buscar o diálogo e tentar achar uma solução em conjunto. Eu gostaria de fazer esse apelo ao Ver. Paulinho Motorista. Se o Ver. Paulinho concorda, a gente faz essa discussão, enquanto se discute o projeto do Ver. Valter.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Ver. Paulinho, o senhor mantém o seu encaminhamento ou o senhor aceita a sugestão da Mesa?

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Eu mantenho o encaminhamento, até porque, até hoje, eu não fui procurado por ninguém para conversar sobre a minha classe rodoviária. Então, eu mantenho.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PDB):** Este projeto veio para pauta hoje para passar, ninguém me procurou, ninguém procurou a classe rodoviária e eu continuo mantendo o meu encaminhamento.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista. (Pausa.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento):** Ver. Janta, como a Cidade é muito maior do que um ou dois vereadores, eu solicito a retirada do PLCE nº 001/18 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, porque nós queremos o melhor para a Cidade. Nós não vamos votar um projeto importante para a Cidade referente à passagem de ônibus, que nós precisamos melhorar as condições, e nós não queremos atropelo por um ou dois vereadores que estão mais preocupados com votações do que com a Cidade.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Peço, por solicitação dos vereadores, ao pessoal do Sindicato dos Rodoviários e da associação dos aposentados que mantenham a calma, por favor. Ver. Paulinho Motorista, vereador da categoria, peço que os rodoviários parem de ofender os vereadores. Nós temos prazo para encerrar esta sessão. Na escola de vocês, eu sou professor, por isso peço que parem. Vamos

deixar o Ver. Roberto Robaina encaminhar a votação do Requerimento do Ver. Paulinho Motorista .

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Presidente, eu gostaria de sugerir para V. Exa. que pudesse chamar os líderes aqui para verificar se conseguimos chegar num consenso, porque já são 12h30min, o nosso limite é às 13h; se não tivermos um consenso, eu vou pedir verificação de quórum, logo após a reunião de líderes.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Só uma informação. O Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, retirou o projeto da priorização?

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Retirou.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Então, se ele retirou, ele não vai ser votado agora.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Não vai ser discutido agora. Solicito às Lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Conversamos bastante agora, houve um acordo para que não seja votado, e não vai ser votado de maneira nenhuma, nem amanhã nem depois. Este ano não vai ser mais votado. A gente está querendo ajustar as coisas, mas as coisas têm que ser ajustadas para os dois lados. Não adianta blá-blá-blá nos meus ouvidos, faz assim, faz assado. É o seguinte: eu estou defendendo a minha classe e vou defender até o fim. E também não adianta ficar naquela discussão ou coisa parecida, porque as coisas não funcionam assim. É melhor ficar um de um lado e o outro de outro. As coisas pioraram pela maneira da discussão. A pessoa vai à tribuna, eu não vou estar discutindo com um cara lá fora, isso aqui não é bailão nem nada para um ficar de um lado, um de outro, e o troço acabar na porrada! Esta é uma Casa de respeito, o pessoal está respeitando, às vezes gritam um pouco porque eles estão sentindo na pele o que pode acontecer, mas são gente de respeito, gente trabalhadora que veio aqui para assistir à reunião e vão sair daqui felizes. Agradeço aos vereadores que nos deram apoio, e vamos esperar para, mais à frente, conversar, sempre defendendo a minha classe trabalhadora.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Então o senhor retira o seu Requerimento?

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Sim, com esse acordo, retiro.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Ver. Mauro Pinheiro, o senhor mantém a retirada da priorização?

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Gostaria que o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, reafirmasse que vai ficar para o ano que vem.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Desde o primeiro momento, quando eu cheguei à Câmara de Vereadores hoje, Ver. Cláudio Janta, eu me coloquei à disposição de todos os trabalhadores do transporte público para dialogar e disse que eu não tinha interesse em votar esse projeto. Ele está pronto para votar, estava na ordem de votação, mas não era de interesse do governo votar, o interesse do governo era dialogar. Então, deixar na priorização ou não, para mim, não faz diferença, porque nós não temos interesse em votar esse projeto. Nós retiramos da priorização para abrir o diálogo com a categoria e com os vereadores, para amadurecer o projeto, para votar um projeto que seja bom para a Cidade e para os trabalhadores.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1115/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/17**, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera o inc. V do *caput* do art. 166 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre o rebaixamento de meios-fios de passeios para acesso de veículos a edificações destinadas a postos de abastecimento ou serviço.

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-08-18.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em discussão o PLCL nº 018/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Vou encaminhar, rapidamente, mas antes quero cumprimentar o Ver. Paulinho e agradecer a ele. Quero registrar a convivência que nós tivemos ao longo deste ano, a parceria que encontrei nele e o caráter deste homem que se chama Paulinho Motorista. Ele está aqui na Câmara de Vereadores não é por nenhuma outra razão senão pelo fato de ser um homem bom, correto, justo e um grande vereador, e assim o foi: um grande companheiro na Mesa Diretora deste ano. Quero, na frente da categoria dos rodoviários, reconhecer o caráter e a grandeza deste grande profissional, grande vereador que se chama Ver. Paulinho Motorista. Obrigado pela parceria!

Dito isso, eu vou falar sobre o projeto que está protocolado. O Ver. Cassio foi secretário da SMOV, eu fui secretário de urbanismo. Estava aqui a EPTC, que, aliás, emitiu um parecer contrário, eu não entendi por quê. Primeiro, a EPTC alega que está preocupada com a segurança dos pedestres, como deve ser e como determina o Código de Trânsito Brasileiro, porém, eu não entendo essa preocupação, Ver. Nedel, quando eu, como vereador, já pedi aqui umas dez vezes faixas e travessias de pedestres em quatro ou cinco lugares. Eu pedi na Rua Mariante, em frente à sinagoga da Sibra, a EPTC não botou; eu pedi na Rua Carazinho, em frente a uma clínica de idosos, onde tem travessia de idosos, a EPTC não botou; o Ver. Medina refere que pediu aqui, na passarela – eu pedi também –, a EPTC não botou. Que empresa pública de transporte é essa que diz que se preocupa com pedestres, mas, quando os vereadores, exercendo as suas prerrogativas e os seus direitos, fazem pedidos de providências para instalação, não instala faixas de pedestres? Então não venham com esse argumento de preocupação com pedestres.

Segundo: a questão do trânsito, do estacionamento nesses locais. Nós acabamos de voltar, e eu já tinha ido, em oportunidade passada, com o Ver. Nedel, aos Estados Unidos. Lá, os meios-fios não são como aqui, esse paralelepípedo; lá, inclusive, são com determinado aclave os meios-fios. Mesmo sendo esses com paralelepípedo, esse argumento de que esse meio-fio que nós temos aqui garante a segurança dos pedestres sobre o passeio público não é verdadeiro. Está cheio de acidentes; quando um carro vem com velocidade, bate no meio-fio e, se tiver que subir, sobe a calçada, sobe o passeio, sobe igual. Aliás, segurança é veículos estacionados, Ver. Mendes Ribeiro, em frente aos postos de combustíveis; quando, eventualmente, tenho um sinistro ou algum problema, tenho que sair, está cheio de carros lá. Por que 7 metros, Ver. Mauro Pinheiro, na frente do posto de combustível? Eu, que convivi com arquitetos e urbanistas, disse isso, isso tem que estar dito. Então vamos resguardar os 25%, se for o caso, em postos de combustíveis, nas esquinas, para liberar. O técnico da EPTC, no parecer, disse o seguinte: “Não, mas nós já temos a liberdade examinando fazer”. Não é verdade, colegas vereadores, porque eu não vi, até hoje, na minha experiência como vereador e secretário de urbanismo, uma vez essa liberdade ser exercida em favor do

empreendedor. A tecnocracia que está lá dentro, com respeito ao Soletti, não é sensível a nada, a não ser às suas próprias razões. Há um monopólio da verdade. Eu era secretário de indústria de comércio, e o dono do bar Tuim, tradicional ali na descida da ladeira, pediu aquele deque que está até hoje instalado ali, que foi o primeiro *parklet* da Cidade, e que eu – me perdoem a pretensão de dizer isso – autorizei, porque mandei par a EPTC e ela disse que não podia autorizar porque aquilo ali era ladeira e se um carro perdesse os freios na descida da ladeira iria matar muita gente. Se perdesse os freios com deque ou sem deque, iria matar gente igual! Mandei fazer, no meu jurídico, na EPTC, um termo de autorização para que ele desmanchasse, em 72 horas, se o poder público quisesse, para fazer a revitalização ali, que estava dentro do Monumenta, e depois não feito, não sei o que aconteceu, ele botou o deque e está até hoje o deque ali. E hoje a Cidade está fazendo os *parklets*. E a EPTC não queria. Eu pedi, lá no Sarandi, a abertura da rua Catamarca, está até hoje lá, é uma rua que termina na calçada, era só abrir dois metros. Eu já falei com o Soletti umas dez vezes, e até hoje não abriram a rua Catamarca, que tem um enorme trânsito, no Jardim Lindóia! Então, tem que ser uma via de duas mãos! E essa história, nós estamos alterando o Código de Obras aqui da Cidade, e depois estão dizendo que não tinha que alterar o Código de Obras, tinha que ser no Plano Diretor, porque está um anexo no Plano Diretor. O Plano Diretor é que não, o anexo que não podia alterar, porque o anexo tem que ser alterado por decreto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 018/17.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, as minhas primeiras palavras seriam de respeito ao Ver. Paulinho Motorista, que teve a tranquilidade e a serenidade, mesmo na hora de comoção, de estabelecer uma ponte pela qual foi possível retomar a tranquilidade aqui da Casa. É bom que a gente aprenda que toda vez que se pressiona num sentido, sempre há uma resistência do outro lado, até no próprio princípio físico. Mas o que importa, no momento, é em cumprimento do acordo, a votação do projeto do Presidente da Casa que propõe a alteração no inc. V do *caput* do art. 166 da Lei Complementar nº 284, nos seguintes termos: altera o inc. V e fala no rebaixamento de meios-fios de passeios para acesso de veículos, com comprimento limitado a 75% do comprimento total da fachada e dos acessos veiculares laterais do imóvel, passível de divisão em tantos acessos quantos forem projetados. Ora, nós sabemos que o nosso trânsito não é nenhum modelo a ser exaltado. A circunstância de que o Município mantém hoje praticamente um modelo de sistema viário, com pequeníssimas alterações de há 30 anos, nos diz que é quase impossível termos um trânsito tranquilo no horário chamado de pico, que antigamente começava às 18h, agora já está começando às 17h, porque as pessoas

começaram a se adiantar e acabaram antecipando o próprio pico. Então, a análise absolutamente realista da proposta é inteligente, ela visa a mostrar uma situação concreta que cabe a nós, vereadores, efetivamente trabalhar nesse sentido, contribuir com pequenas grandes medidas capazes de contribuir com o desafogo do nosso complicado trânsito na Cidade. A lembrança do presidente, especialmente no que diz respeito ao postos de serviço, onde o acesso é muito mais amplo e obviamente tem mais necessidade de rebaixamento do meio-fio, nos deixa muito à vontade para essa manifestação de solidariedade às posições que a Comissão de Meio Ambiente, que a CUTHAB, ambas com pareceres muito bem exarados, se manifestaram pela aprovação, no que a própria comissão de Finanças e Orçamento também assim estabelece e, por final, a Comissão de Justiça já havia declarado a inexistência de óbice, e a Comissão de Finanças e Orçamento também se manifestou pela aprovação. Resumindo, todas as comissões técnicas que examinaram a matéria recomendaram a aprovação. Eu entendo que as pessoas não fazem exame nas comissões de forma a não merecer a nossa solidariedade. Eu voto muito em função daquilo que as comissões nos apresentam. Gostando do projeto como gostei, dando um crédito ao nosso Presidente e, ao mesmo tempo, vendo a forma monolítica com que todas as comissões se manifestaram favoravelmente ao mesmo, eu acho que, sem maiores delongas, nos cabe votar e, se possível, até por unanimidade consagrar essa bela proposta. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 018/17.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Ver. Valter, nós estamos num ano que é véspera do Plano Diretor. Eu me lembro de um dos projetos do nosso mandato, que estava prestes a ser votado, quando o Ver. Carús disse que seria aberta uma comissão especial para tratar do mobiliário urbano. Ele pediu que eu retirasse o projeto, assim o fiz, e o que eu estava tratando num projeto individual acabou sendo discutido no projeto dessa comissão que tratou do mobiliário e que acabou sendo aprovado. Eu quero lhe fazer esse mesmo pedido. Espero que não se esteja ideologizando esse rebaixamento das calçadas, não é um tema de situação e oposição, muito menos um tema ideológico. Nós temos que pensar no que é melhor para a Cidade. Eu estou entendendo – mas posso estar tendo um entendimento equivocado, eu tenho humildade suficiente para dizer que eu posso não entender totalmente as nuances do projeto – que hoje são sete metros, e o senhor está colocando um percentual, inclusive, envolvendo as laterais. Ou seja, está ampliando o rebaixamento das calçadas.

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Tudo bem, aí tem esse tema trazido pelo governo, posso estar fazendo uma defesa da posição do governo:

quanto mais largo o espaço de entrada no posto, mais velocidade você permite ao motorista; mais velocidade, mais risco para os pedestres, não é nem um argumento meu, é argumento do governo, que parece não ter uma racionalidade, já que o pedestre é, e deveria sempre ser a prioridade. Mas, para aqueles que defendem, Ver. Nedel, mais espaço para estacionar veículos automotores, com este projeto, haverá menos espaço para estacionar; o senhor deveria ser contrário ao projeto, já que defende a lógica do estacionamento do veículo automotor. Mais calçadas rebaixadas, menos lugares para estacionamento; seria como uma privatização – não me ocorre outra palavra agora – desse espaço de circulação, porque onde tem o rebaixamento não pode estacionar. Enfim, estou levantando uma série de questões num projeto que parece ser simples, mas que muda a configuração da Cidade.

Então, Ver. Valter, estes não são argumentos contrários ao seu projeto, mas de dúvida e de demonstração que há uma problemática um pouco mais complexa do que simplesmente alterar para metros fechados e para um percentual. Portanto, não temos essa segurança de votarmos favoravelmente ao projeto. Estou lembrando de uma vez que o Ver. Carús me pediu para retirar um projeto e que o tema seria tratado dentro da comissão do mobiliário urbano, eu assim o fiz; o meu projeto foi tratado dentro da comissão e hoje está dentro da lei que aprovamos do mobiliário urbano da Cidade.

É o pedido que lhe faço, não há a necessidade de uma emergência de votarmos este projeto dentro do pacote de projetos, que está aqui para ser votado nessas últimas sessões do ano. É nesse sentido que encaminhamos contrariamente, justamente por entendermos que pode haver problemas, mesmo sendo um projeto aparentemente simples. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação o PLCL nº 018/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores Marcelo Sgarbossa, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Roberto Robaina.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, discutir, em 2ª sessão, do PR nº 024/17. Após retornarmos à ordem normal.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação o Requerimento do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

## **DISCUSSÃO GERAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)**

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 1315/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/17**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que inclui §§ 6º e 7º na Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre a tramitação de proposições.

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver<sup>a</sup> Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 18-04-18.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em discussão, em 2ª sessão, o PR nº 024/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PR nº 024/17.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1334/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/18**, que inclui o art. 47-A e 47-B na Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015 – que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre, determina o prazo de manifestação às solicitações de manejo da vegetação no município de Porto Alegre.

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em discussão o PLCE nº 017/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 017/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 017/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB) – às 12h57min:**  
Encerrada a Ordem do Dia.

Promulgo a Lei nº 12.479, de 11 de dezembro de 2018, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a escolas, creches e berçários públicos e privados do Município de Porto Alegre ofertarem curso de capacitação de primeiros socorros para, no mínimo, um terço dos seus servidores. É conhecida como Lei Lucas, proposta pelo Ver. Cláudio Janta e aprovada por esta Casa. Neste momento, na presença do autor, eu faço a promulgação da lei. Entrego a lei promulgada ao seu autor. (Palmas.)

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, eu quero agradecer a cedência deste espaço, que é regimental, mas nós entramos direto na Ordem da Dia, eu sei que foi um consenso coletivo aí dos vereadores de permitir que eu pudesse me despedir na manhã de hoje. Sendo que, amanhã, temos uma nova sessão, na qual estarei muito bem representada pelo Ver. Prof. Alex, pelo Ver. Roberto Robaina e pela Ver.<sup>a</sup> Karen, que já vem amanhã e, certamente, fará também parte dessa bancada combativa.

Eu não poderia deixar passar a última sessão do ano com a possibilidade de uso da tribuna, embora, em janeiro, nós sigamos lutando nesse período até a posse na Câmara Federal. Tribuna essa que, muitas vezes, usei, muitas madrugadas, muitos debates, muitas lutas, para, primeiro, agradecer a todos os funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Porto Alegre, não posso nominá-los um a um, porque fiz muitos amigos aqui, ao longo desses dez anos de mandato. Quero deixar esse agradecimento registrado ainda, buscando, nesse mês que falta, me despedir de cada um deles, quero cumprimentar o conjunto das bancadas, dizendo das lutas que travamos, das batalhas que fizemos e, ao mesmo tempo, agradecer à equipe que esteve junto conosco ao longo desses dez anos de mandato, que o povo de Porto Alegre me conferiu a honra de fazer parte da primeira bancada do PSOL aqui na Câmara Municipal, junto com Pedro Ruas, seguindo o exemplo da Luciana Genro, do Roberto Robaina e tantos outros que construíram o nosso partido e nos deram essa honra de constituir a primeira bancada aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Antes de subir, eu lembrava do meu

primeiro discurso, tremendo que nem vara verde, porque nós, obviamente, temos aquele primeiro embate no sentido do discurso público num espaço formal da institucionalidade e, por outro lado, uma menina recém-saída do movimento estudantil, mas com um desafio enorme, de vocalizar determinadas lutas, de usar o mandato como uma trincheira, de organizar as lutas sociais e as demandas populares e de nunca enxergar o mandato como um fim em si mesmo e, sim, como um instrumento de auto-organização, de luta, de mobilização.

Dez anos passados, eu acho que essa experiência nos permitiu aprender, por um lado, e, ao mesmo tempo, mostrar que política não é só para os engravatados, que política é de baixo para cima, e o nosso mandato sempre esteve a serviço das lutas do povo, que é possível fazer política sem se vender, sem se render, sem mudar de lado, sem mudar o debate da campanha eleitoral para o debate na execução do mandato, batalhar sempre pelos direitos do nosso povo no enfrentamento contra a corrupção, contra o ataque dos direitos, mas, ao mesmo tempo, na busca por melhorias reais na vida do povo. E todas as boas experiências que eu levo da Câmara de Vereadores de Porto Alegre foram aquelas em que o povo ativamente participou. O povo lutou para reduzir a tarifa de ônibus, e a nossa bancada conseguiu dar o canal jurídico e político, como foram nas jornadas de junho de 2013, na luta das ocupações por direito à moradia, quando o povo se levantou e lutou pelo direito à moradia digna, e quando houve uma verdadeira primavera das mulheres. Por que, quem diria, de 2008 a 2018, o peso que o feminismo tomaria não só no Brasil como no mundo para defender uma sociedade igualitária e o fim do machismo? Quem diria – comentava com o Gabriel – que nós viveríamos para ver o Supremo reconhecer a união civil estável dos casais LGBT, fruto da luta da comunidade LGBT? E embora os tempos sejam difíceis, e o Brasil viva uma crise extremamente grave e, ao mesmo tempo, com muitos riscos, eu também guardo dentro de mim, com muito otimismo, muita esperança de que o povo volte a encontrar o caminho das grandes mudanças, com as suas próprias pernas. E que os nossos mandatos sejam instrumentos de reencontro com o povo, usando essa tribuna como uma forma de vocalizar essas lutas e ajudar essa organização tão necessária para que o povo possa, de fato, romper a lógica da desigualdade, da exploração, da violência contra a maioria do povo diante de um verdadeiro parasitismo da elite econômica do nosso País. Eu quero dizer a vocês que é difícil fazer um balanço de dez anos. Tivemos muitas brigas, muitos projetos aprovados, muitos debates, mas quero agradecer o espaço, a oportunidade que o povo de Porto Alegre me deu. Eu era uma menina, vinda do Alegrete, comecei a militar com 14 anos e nunca imaginei concorrer. A juventude fez esse convite, essa pressão; eu aceitei e bom... A gente não é só o que a gente quer, a gente é sujeito ativo da nossa própria história, e a vida é curta demais para que a gente assista na plateia. É preciso tomar o passo adiante, tomar a política nas próprias mãos e acreditar, sempre, que é possível vencer e construir uma sociedade diferente. E a partir de 1º de fevereiro, então, lá na Câmara Federal, podem ter certeza, nós não daremos trégua até que tenhamos respostas de quem matou a companheira Marielle Franco, para que não sirva de salvo-conduto para a mexicanização do Brasil e por respostas que nos devem. Não daremos trégua a qualquer autoritarismo e tentativa de retirada dos direitos dos

trabalhadores, das mulheres, dos LGBTs, dos negros e negras; não daremos trégua aos seis bilionários que controlam a mesma renda que 100 milhões de brasileiros e lucram com esse sistema voltado para os mais ricos; não daremos trégua a quem quer suprimir as liberdades democráticas conquistadas a duras penas pelo povo brasileiro; não daremos trégua na defesa dos direitos à saúde, à educação, à segurança, à assistência; não daremos trégua na ideia de que eles passarão e nós passarinho. Nós acreditamos, sim, que essa batalha ainda não acabou, porque a luta de classes é, e seguirá sendo, o motor da história. Embora a correlação de forças agora esteja desfavorável, e muitas pessoas estejam muito preocupadas com a situação do País, como eu também estou diante do governo Bolsonaro, eu não tenho dúvidas de que podem ser muito reacionários, mas jamais poderão suprimir aquilo que de fato muda a história, que é a luta organizada dos trabalhadores. Os poderosos podem arrancar uma flor, mas jamais arrancarão a primavera. Então, a partir de 1º de fevereiro estaremos com mais força, lá em Brasília, fazendo essa batalha. Eu agradeço a todos e todas, aos companheiros do PSOL, que seguirão essa batalha, ao Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga, Karen Santos, nossos militantes combativos, agradeço a todas as bancadas, agradeço a oportunidade que o povo me deu se estar aqui por três vezes, tendo sido a vereadora mais votada em 2016 e agora, num salto, eleita deputada federal num sistema que não é um sistema para as candidaturas como a nossa; e quando a gente consegue vencer é preciso comemorar! O nosso mandato lá não é um fim em si mesmo, e ele só será forte se a luta do povo também for. Então, o meu mandato estará a serviço da construção da luta do povo. Um abraço a todos. Boa luta! (Palmas.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente Valter, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, para nós, é um orgulho ver um vereador desta Casa eleito deputado federal, uma escolha democrática do povo. Eu tive a felicidade de, em 2008, me eleger vereador junto com V. Exa., e, para nós, é uma grande honra ver toda a sua progressão ao longo dos anos e ter participado de várias atividades juntos, CPIs e outras demandas desta Casa. Tenho certeza de que o nosso País está ganhando uma grande deputada federal, uma pessoa com a qual muitas vezes podemos discordar de alguns pontos de vista, de algumas partes da ideologia, mas tenho certeza de que a senhora, na Câmara Federal, vai trabalhar com os seus ideais, sempre buscando o melhor, na sua opinião, para o povo e pela sociedade. Tenho certeza da sua integridade, da sua vontade de ajudar o País. Parabéns, Fernanda, é um grande orgulho, durante esses dez anos, ter sido vereador junto contigo. Parabéns.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Presidente Valter, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, a vida é um combate, e a todos abate, mas somente os fortes ela sabe exaltar. E a senhora tem sido uma forte guerreira, combativa e, será, com certeza, combativa no Congresso Nacional. Lá, no meio dos lobos, a senhora, com certeza, será uma chefe da matilha, defendendo o povo brasileiro. Meus parabéns.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, ouvindo-a da minha cadeira, eu tentei lembrar de algum momento em que nós tenhamos votado juntos, de maneira igual em algum projeto. E houve, foram poucas as situações, mas houve. Embora nós tenhamos uma discordância ideológica profunda e tenhamos discutido os projetos, desde as ideias mais abstratas até os detalhes mais concretos, na maior parte das vezes, discordando profundamente, quero dizer que sempre tivemos uma relação boa, amistosa, de profundo respeito e de um debate sincero sobre os temas que nos discutimos na Câmara. E tenho certeza de que a senhora fará, na Câmara dos Deputados, um mandato como o que fez aqui, dedicado àqueles que votaram na senhora. Não concordamos nas nossas ideias, mas tenho certeza de que a senhora representa a parcela da população que pensa como a senhora e faz uma representação dedicada, estudada, profunda e bem feita, a mesma que fará no Congresso Nacional, o que é por si só uma prova do pluralismo e da democracia em que nós vivemos. O fato de ser mulher mostra que há espaço para as mulheres na política. Acho que a senhora fará um duro e árduo combate no cenário nacional, como fez aqui. Parabéns pela eleição e um bom trabalho em Brasília.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Fernanda, enquanto tu falavas, eu lembrava que, quando nos conhecemos, tu mantinhas uma certa distância, para tirar fotografias, com pessoas da direita. Isso me chamou muito a atenção, pois tu sempre procuravas ir para o outro lado. E eu pensei cá com os meus botões: eu vou fazer essa guria entender que a gente pode discordar na tribuna, pode ter ideologias completamente diferentes, siglas bem diferentes, mas que a gente pode se dar muito bem. Eu quero te dizer que eu consegui, porque eu me sinto muito feliz, porque no final nós fomos, inclusive, tu como presidente e eu como vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e esse convívio só nos aproximou, mesmo cada uma pensando da sua maneira. E, no último evento que houve aqui, eu achei muito legal que tu tiraste a foto bem do meu lado, então comemore essa vitória. E quero dizer aqui, fazer um testemunho, trabalhando do teu lado como vice, o diretor já me ouviu falar isso, eu quero dizer que tu sempre foste uma vereadora, uma parlamentar que trabalha muito, que se atira de cabeça, de corpo, de alma por aquilo que tu fazes, e realmente esse é o teu diferencial. Eu tenho certeza de que tu serás uma grande deputada federal.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre e querida colega Ver.<sup>a</sup> Fernanda, nós, enquanto bancada do PT, queremos não só lhe parabenizar, mas, acima de tudo, desejar muito sucesso naquela luta no Congresso Nacional, porque a gente sabe que os interesses, às vezes, ficam acima dos interesses da população, e queremos dizer, em poucas palavras, o seguinte: para quem abraça a causa e entra na política e sabe que através dela a gente promove e faz a justiça social, é um grande feito, porque tu estás dialogando com aqueles que mais precisam, os excluídos ou aqueles que por sua vez votam em ti e se sentem representados na tua fala ou na divulgação do teu trabalho. Tu fizeste uma caminhada muito próxima da voz do povo; não foi por acaso que muitos

embates que aconteceram recentemente aqui e que acontecem em nível nacional e estadual, e a tua identificação com esses segmentos e que lhe deu a possibilidade de continuar representando o povo de uma forma um pouco mais ampla e diferenciada. Então, em nome da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, do Ver. Adeli Sell, do Ver. Marcelo Sgarbossa e em meu nome, quero dizer a ti que valeu a pena estar aqui, porque tu, nesta caminhada, foste um exemplo de combate e luta com nós mesmos e para fora, na defesa dos interesses dos que mais precisam. Sucesso na vida.

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA:** Presidente Valter, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, para mim, é uma honra, tenho falado bastante na rua sobre a sua ida para o Congresso Nacional. Isso faz parte da tua força, da tua luta, da tua guerra, e também isso homenageia as mulheres que são fortes. Isso é muito legal. Trabalhei na CEDECONDH, onde a senhora era presidente, e tive a honra de trabalhar junto e nunca tive problema de ser coordenado por uma mulher, por um chefe mulher. Isso é muito legal, e o homem, em geral, tem que pensar assim. O presidente pode ser homem ou mulher, da mesma forma, o que importa é o trabalho que a pessoa faz. Fernanda, você está lá pela sua luta, pela sua guerra. E eu tenho uma imensa alegria em falar com as pessoas que eu tenho uma amiga, agora, lá no Congresso Nacional, uma deputada federal, da qual me orgulho bastante, Fernanda. Eu acho que o nosso relacionamento aqui foi legal nesses seis anos que estamos juntos. Às vezes, votando diferente, mas sempre se respeitando e procurando nos ajudar. Um grande abraço, e quero dizer que Deus te ilumine bastante lá, e eu sei que ele vai iluminar. Que tenhas bastante êxito e felicidade. Um grande abraço.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu gostaria de dizer pequenas coisas a seu respeito, com o carinho que sempre tive por ti, tu sabes disso. Fui um dos primeiros a prever que tu te elegerias deputada federal, tu lembras bem disso quando eu disse que: olha, tem mudança na lei, os pequenos partidos que fizerem uma boa legenda, ainda que não alcance o quórum, poderão eleger deputados; não deu outra, está aí o resultado. Eu tenho absoluta certeza que tu serás uma grande deputada federal. A tua forma combativa, firme, coerente, segura, numa Câmara onde a corrupção tem sido, com muita frequência, a marca, terá mais uma resistência a esse processo, e espero que nesta nova formação da Câmara dos Deputados isso se altere. Para isso, é preciso que pessoas, homens e mulheres, com posições diferentes, como nós temos, tenham comportamentos idênticos na defesa dos seus interesses, nas suas posições, mas com lisura, dignidade e honestidade, o que tem sido característica da tua atuação aqui nesta Casa e sei que levarás contigo para a Câmara de Deputados. Vai, querida, seja feliz e continue sendo a mesma Fernandinha com quem a gente se acostumou aqui ao longo do tempo. Um abraço.

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, para mim, é uma honra muito grande poder estar fazendo este “até logo”. A distância ofusca nossa visão. De longe eu tinha uma visão equivocada a teu respeito; depois que eu tive a

oportunidade de passar a conviver contigo, meu respeito e a minha admiração por ti aumentaram. Tens uma admiradora lá em casa, a Vitória, minha filha, que é tua fã, e eu te abraço como a extensão do abraço da minha filha. Desejo e oro para que Deus te inspire e que tu venhas a ser o oxigênio que os novos tempos estão pedindo. Tenho certeza que vais cumprir uma missão excelente lá, tens o meu respeito, o meu carinho e a minha admiração. Que Deus te abençoe e sucesso.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Amiga Fernanda, quero aqui te deixar um abraço e te dizer do respeito, da admiração e do carinho que todos nós, aqui da Câmara, temos por ti. Vou te dizer que essa tua vitória, na minha concepção, visão de mundo, é uma vitória daqueles que atuam e lutam pelo bem deste País, essencialmente do nosso povo e daqueles que mais precisam. Já se falou bastante aqui, mas eu quero te desejar pleno êxito lá em Brasília e dizer que esse êxito é pré-assegurado pelas tuas lutas, por aquilo que tu defendes, que tem muito a ver com aquilo que nós, de uma forma ou de outra, defendemos. Então vá, seja feliz, lute pelo nosso povo e contra a corrupção, porque tenho certeza que tu serás a marca de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e da nossa Câmara de Vereadores lá em Brasília, falando por nós – tu, lá, e nós, aqui! Conta conosco, feliz Natal e um próspero e venturoso ano novo.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB):** Prezada jovem Ver.<sup>a</sup> Fernanda, apesar de nós termos convivido pouco tempo, é o primeiro mandato que eu estou cumprindo aqui na Casa, aprendi a te admirar pela tua garra, pela tua força. Eu acho que, embora tenhamos muitos vereadores aqui com muitos mandatos, tu és um exemplo para todos nós, um exemplo de luta, de força, de garra. Que tu continues com essa força nos representando, representando o Rio Grande do Sul lá em Brasília, e que Deus possa te iluminar e te dar força para continuar na tua jornada, que eu tenho certeza de que está apenas no início. Sucesso para ti!

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, geralmente, faço questão de registrar aqui esse abraço em nome da bancada do PTB – dos vereadores Dr. Goulart, Paulo Brum e Elizandro Sabino. Quero dizer, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que, em tempos em que tentam demonizar a política, portanto, todos os políticos e os parlamentos em geral, o parlamento é o poder mais democrático que existe. Nos parlamentos, está representada a média do pensamento da sociedade. Quero dizer que eu tenho muito orgulho de fazer parte de um Parlamento que elegeu cinco deputados. Muitos tentam ser vereadores, alguns têm a outorga do povo para aqui chegar; muitos dos que se elegem, tentam ser deputados, alguns poucos conseguem; e nós temos, nesta legislatura, cinco colegas que disputaram a eleição, entre tantos outros, e conseguiram a outorga. Logicamente, a mais votada desses todos, que conseguiu a maior outorga, é V. Exa., que agora vai para a Câmara Federal. Então, quero lhe desejar muito, muito sucesso nessa nova jornada, que tenha muitas realizações no Congresso Nacional. Obrigado.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Melchionna. Nós não nos conhecíamos; no meu terceiro mandato nesta Casa, te encontrei aqui. Nós temos muita coisa em comum. Das mulheres que passaram aqui durante os meus três mandatos, tu és a grande esperança, leva essa nossa mensagem. Nada contra as outras, que são e foram excelentes vereadoras, mas, com a tua juventude, com os teus ideais – que muitas perderam no meio do caminho –, se tu levares isso para Brasília e corrigires alguns detalhes, que só tu sabes, tenho certeza de que serás uma das grandes políticas deste Estado. Eu te desejo muita felicidade, feliz Natal e Ano-Novo. Parabéns!

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, tudo já foi dito aqui. Eu quero deixar um beijo no teu coração, tu sabes que em “baile de cobra em que usar perneira”, está sabendo para onde tu vais, tu estás sabendo. Mas essa tua fibra, essa tua transparência, isso é bom, é ótimo; na política, é difícil isso. Mete bronca lá. Mas vou te avisar, tu vais falar uma vez a cada seis vezes. Não é que nem aqui, que tu falas dez vezes por dia.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO:** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, vou pedir licença para não utilizar os termos mais, Vereadora, ou V. Exa., mas que a gente possa tratar como Fernanda, porque essa é uma característica que eu queria deixar destacada nessa minha fala de despedida, muito embora a gente tenha posições totalmente divergentes, e essa era uma preocupação no início do mandato, também, de se a gente aparece numa foto juntos, eu e a Fernanda, os dois públicos não vão entender nada, e vão dizer que traíram a gente. Então, a gente brincava muito com isso, e muitas vezes me perguntavam: mas, Camozzato, como é, deve ser um saco aturar a Fernanda, especialmente por causa da votação expressiva que tu fizeste. E eu dizia: não, aturar a Fernanda é muito tranquilo. Aliás, uma das coisas legais sobre a Fernanda é essa facilidade que tu tens de se comunicar, de falar as coisas, a informalidade também que é muito da minha personalidade, e que torna também muito mais divertido estar aqui. Porque a gente consegue exercitar a política partidária e ideológica a todo seus extremos, e poder debater as ideias com a devida profundidade, que muitas vezes no Parlamento não fazia, ou não tem o tempo para fazer. Mas, enfim, foi um prazer ter convivido contigo nesse tempo, te desejo sucesso, muito embora o sucesso do teu mandato seja um pouco da minha tristeza em Brasília. Mas eu lhe desejo sucesso, porque sei que representas muito bem o público que te elegeu, e o público que acredita nas tuas ideias. Parabéns, e foi, novamente, um prazer ter convivido contigo e poder ter aprendido também, muito embora as opiniões e votações muito divergentes que nós tivemos.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Bem, muito nós já conversamos, desde que eu assumi, como vereador, aqui na Câmara, em 2015, mas eu fiz questão de deixar esse registro nas nossas notas, nas nossas gravações, de uma homenagem de uma figura pública, uma representante eleita pelo povo, que merece e faz jus à confiança depositada. Tu és um exemplo de retidão, de caráter e de doação à

causa em que acredita e às bandeiras que sustentas. Parabéns, e eu gostaria também de deixar o registro do meu grande agradecimento à professora que tu foste para mim como vereador iniciante, lá em 2015. Tenho muito a agradecer a ti e ao nosso Pedro Ruas, mas esse convívio mais intenso dos nossos mandatos me fez te admirar ainda mais. Parabéns! Sei que estaremos muito bem representados em Brasília e agradeço a ti por todo esse convívio nos últimos anos. Abraço, Fê!

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** O nosso não é despedida, vamos nos ver sempre, mas queria registrar que a Fernanda – e o Valter a fez parar porque ela já ia sair da tribuna –, eu sei que ela não estava esperando por este momento, este momento é um momento muito especial, sei que ela sabe valorizar isso, porque a Fernanda é muito inteligente, mas a Fernanda, além de combativa é humilde, por isso ela não esperava por este momento. Eu acho que este momento fala da importância que a Fernanda teve como vereadora. Então, quero parabenizar todos os vereadores, porque os vereadores, na verdade, ao usar a tribuna aqui, de uma certa forma, quiseram mostrar que têm essa inteligência de perceber que nós não estamos diante da eleição de uma pessoa qualquer, a Fernanda é especial e, por isso, vamos seguir juntos, e ela vai seguir nos dando muitos bons exemplos. Obrigado a todos e obrigado, Fernanda.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Fernanda, querida, também quero te deixar um abraço grande, sucesso, que Deus ilumine a tua caminhada. Tu, que vieste lá do Alegrete, a gente, nessas caminhadas de campanha para deputado, sempre via lá o teu comitezinho, lá no Alegrete, e tudo que representas, a força da mulher, a tua dedicação, o teu empenho, a forma como tu te entregas nas causas que defendes. Tenho certeza que tu vais orgulhar o Rio Grande do Sul e o nosso País lá no Congresso Nacional, espero, em breve, estar te encontrado, tomando um chimarrão no teu gabinete. Um grande abraço, sucesso, boa sorte.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Senhores, obrigado a todos. Ver.<sup>a</sup> Fernanda, primeiro, quero cumprimentá-la. Convivi com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda nesses três mandatos. O primeiro mandato dela foi o primeiro meu, e digo isso em homenagem à Ver.<sup>a</sup> Fernanda, as maiores contendas que talvez eu tenha tido aqui foi exatamente com ela. Eu era Líder do Prefeito Fogaça, e a vereadora mostrava, desde já, a sua predestinação aos grandes embates e a forma aguerrida, apaixonada com que defende as suas ideias. Fico feliz com a sua eleição, de certa forma, parafraseio o Ver. Camozzato porque lhe desejo sucesso em muitos dos seus objetivos, que são os meus também, não todos, obviamente, eu lhe desejo sucesso na luta contra a corrupção, eu lhe desejo sucesso numa política melhor, eu lhe desejo sucesso na depuração do cenário político brasileiro. Eu acho que o seu partido cumpre um papel importante, e acho que nós temos os mesmos objetivos de justiça social, talvez, por caminhos diferentes. Eu acredito mais na liberdade econômica, a senhora acredita num modelo que é o seu e que representa a parcela da sociedade porto-alegrense, gaúcha que, com enorme orgulho para a senhora e para os seus companheiros, a elegeu com essa votação significativa. A

senhora vai fazer falta aqui na Câmara, eu tenho certeza disso, mas vai certamente agregar, com o seu brio, com a sua inteligência, com a sua dedicação, qualidade ao Congresso Nacional, que tanto precisa. Foi esse, eu acho, o grande recado que nós recebemos da sociedade brasileira neste ano de 2018. Fico feliz com a sua eleição.

Para mim, é um ano de paradoxos, é um ano em que eu cheguei à presidência da Casa, que eu desejava há muito tempo, mas é um ano em que eu tive derrotas enormes também. Perdi o meu pai, a maior delas, que não tem reposição; perdi uma eleição também, mas nem por isso deixo de reconhecer naqueles que conseguiram esse êxito, como o seu, e deixo de celebrar junto, porque é isso que eu também, particularmente, gostaria de ter celebrado, e aí serve um pouquinho para essa análise que a gente faz.

Eu lhe digo que a sua presença vai fazer falta na Casa, mas a senhora vai ser uma digna representante nossa, de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Eu fico feliz, porque a senhora vem da mesma região que eu: a senhora é de Alegrete, eu sou de Bagé. A gente disputa também nisso! Quem vem de onde a gente veio tem a têmpera reforçada pelo nosso vento minuano e pelas grandezas do nosso pampa, que fazem o nosso espírito um pouco indócil. Que esse espírito indócil continue movendo o seu espírito guerreiro, que a senhora continue representando as mulheres e representando o desejo de fazer uma política melhor. Parabéns pelo que a senhora deixa escrito aqui na Câmara de Vereadores, sucesso na sua caminhada futura!

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL):** Muitas vezes, no meio das brigas, Valter, eu subia nesta tribuna e dizia: “Eu não tinha visto tudo, porque esta Câmara, este governo...”, e eu quero dizer isso, hoje, para todos vocês, ao contrário. As palavras que cada um disse, e não foram só palavras, porque com cada vereador a gente teve uma história: o Mauro Pinheiro e as CPIs; a Mônica e a Comissão de Direitos Humanos; o Janta e as tantas lutas que fizemos, como a greve dos rodoviários; o Oliboni e as batalhas que fizemos com os municipais, na luta da saúde; o Paulinho Motorista, que nunca vou esquecer, que deu o último voto no projeto que gravou as 14 AEIS, aos 45 minutos do segundo tempo, e o povo todo explodiu; o Pujol, na nossa Frente da Leitura, e mesmo discordando em tantas coisas, achamos unidade na defesa da leitura; o Cláudio Conceição, que tive oportunidade de conviver mais recentemente, e já sabia da vitória, esse fenômeno das mulheres e das jovens estarem à esquerda; o Ferronato em tantas lutas que nós fizemos, como a dos camelôs, uma das primeiras do meu mandato; o Cassio Trogildo trazendo toda a saudação do PTB; o Ricardo Gomes, que estivemos 95% do tempo em lados absolutamente opostos, mas sempre de forma transparente, clara, preto no branco; o Cassiá Carpes, com todas as diferenças, mas também as convergências quanto aos servidores municipais, aos votos que fizemos, e essa questão de quando se olha alguém de longe e depois conhece pessoalmente, quero agradecer muito tuas palavras; o Bosco, é verdade, não é fácil, e não sei se é do microfone que vou sentir saudades, acho que é da nossa Porto Alegre, porque, sem dúvida, lá é absolutamente diferente; o Felipe, nessa questão da informalidade e em pontos absolutamente antagônicos, mas também de forma clara, transparente e na

firmeza das diferenças. A minha bancada, o Alex e o Roberto, quero dizer que todos vocês conseguiram uma coisa que, quem me conhece, sabe que eu não sou de chorar, mas, de fato, estou chorando, não de tristeza, mas de felicidade, de emoção, de certeza que tive orgulho dos anos que passei aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que tem tanta história e que espero siga sempre sendo um espaço de defesa das liberdades democráticas. Esta foi uma Câmara pioneira em muitos temas de defesa das liberdades democráticas, que são fruto também da simbiose, da luta do nosso povo, etc. Freitas, eu tinha esquecido que nós fizemos umas parcerias, mais recentemente nós fizemos umas boas, também, em relação aos municipais, a luta pelas políticas de saúde para a psoríase... E quero dizer a todos vocês que eu tenho orgulho dessa história, dessa aprendizagem. Em cada briga, eu também aprendi, porque a gente aprende na luta, a gente aprende nas brechas, nas unidades, na capacidade de vitória, e eu levo essas lutas para Brasília não só como uma lembrança, mas também como uma representação no sentido de defender a cidade de Porto Alegre, porque eu tenho certeza de que a nossa Cidade, como outras do Estado, vai ter votos lá na Câmara Federal. Vou estar à disposição das batalhas das comissões, da defesa de direitos para o nosso povo. E também, Valter, aproveitando teu ensejo, essa questão das lutas, das diferenças, tu falavas do Mathias, e eu sei como essa dor é grande. Então, neste último segundo, eu também quero deixar esta homenagem ao meu pai, que estaria muito orgulhoso dessa luta aqui na Câmara de Vereadores. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 13h37min.)

\* \* \* \* \*